

# SERVIÇO SOCIAL

## é notícia

### INFORMATIVO ANUAL

Conselho Federal de Serviço Social  
Conselhos Regionais de Serviço Social  
(Conjunto CFESS-CRESS)

Ano 1 >> Edição nº1 >> Maio 2015  
Brasília >> Distrito Federal

Conselho Federal de Serviço Social :: SCS Quadra 02, Bloco C,  
Ed. Serra Dourada, Salas 312-318. Brasília - DF. CEP 70300-902



Arte: Márcia Carnaval/Foto: Rafael Reigoto

# MAIO, MÊS DO/A ASSISTENTE SOCIAL!

*Conjunto CFESS-CRESS homenageia a categoria profissional, que trabalha pela defesa das políticas públicas e luta pelos direitos humanos!*

páginas 4 e 5

## E MAIS >>

### GIRO PELO BRASIL!

Veja o material que os CRESS e Seccionais prepararam para a edição de estreia

páginas 13 a 39

### MAIORIDADE PENAL

Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social dizem não à redução

página 6

### MEMÓRIA DE LUTA

Projeto reúne depoimentos de assistentes sociais que tiveram seus direitos violados na Ditadura

página 10

### RECADASTRAMENTO

Assistentes sociais terão sua cédula profissional substituída por cartão eletrônico

página 3

Notícia, segundo o dicionário da língua portuguesa, é toda informação a respeito de um acontecimento novo, de mudanças recentes em alguma situação, ou do estado em que se encontra algo. Significa novidade. No jornalismo, notícia é o relato de fatos e acontecimentos, recentes ou atuais, ocorridos no país ou no mundo, veiculado em jornal, televisão, revista, rádio.

O Serviço Social é uma profissão regulamentada, de nível superior e que possui um instrumental teórico-político comprometido com uma sociedade radicalmente democrática, livre e sem desigualdades. No Brasil, são 150 mil assistentes sociais que estudam e trabalham com a realidade social brasileira.

Assim, podemos afirmar com absoluta certeza: *Serviço Social é Notícia!* O trabalho de assistentes sociais é notícia. As ações e os posicionamentos políticos do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS-CRESS), entidades que dão a direção da profissão no país, também são notícia.

Daí que surge este informativo, de periodicidade anual. Queríamos uma publicação que desse visibilidade à profissão e ao trabalho de assistentes sociais. Um material pelo qual mostrássemos para a categoria e para toda a sociedade os posicionamentos do Conjunto CFESS-CRESS. Um espaço para que os Regionais, principalmente aqueles que não possuem condições de manter um jornal, pudessem noticiar suas ações.

O momento de lançamento do *Serviço Social é Notícia* é bem significativo:

maio, mês das comemorações do Dia do/a Assistente Social, e período em que as atuais gestões das entidades completam um ano.

O que esperar dessa primeira edição?

Este informativo dá um panorama das ações políticas e administrativas de todo o Conjunto. Separamos os textos dos Conselhos para que o leitor ou leitora possa ter uma noção do que vem

“Queríamos uma publicação que desse visibilidade à profissão e ao trabalho de assistentes sociais e um material pelo qual mostrássemos para a categoria e para toda a sociedade os posicionamentos do Conjunto CFESS-CRESS”

sendo discutido em cada CRESS e analisar de acordo com a região do país. Apresentamos também uma agenda dos eventos que ocorrerão ainda este ano. Tais espaços só fazem sentido se tiverem a participação da categoria!

Pauta é o que não falta no *Serviço Social é Notícia*. Reafirmamos nosso posicionamento contrário à redução da maioria penal e criticamos os investimentos públicos em comunidades terapêuticas.

Destacamos nossas ações em defesa de uma educação pública, gratuita e presencial de qualidade, em contraposição à lógica mercadológica da política de educação que vem sendo imposta ao longo dos anos.

Não podemos deixar de ressaltar o Dia do/a Assistente Social, comemorado em 15 de maio. O mote criativo deste ano, *Profissional de luta, profissional presente*, foi elaborado com a intenção de valorizar a categoria profissional e destacar seu trabalho na defesa das políticas públicas e na luta por direitos humanos. Falar das atribuições e competências de assistentes sociais significa dizer o que a sociedade pode e deve esperar dessa categoria profissional, que trabalha no atendimento à população e também na formulação e execução de políticas públicas que possibilitam o acesso aos direitos.

Vale destacar que o Conjunto lançará uma campanha nacional de recadastramento, com o objetivo de atualizar os dados de toda a categoria profissional e o perfil da profissão.

A iniciativa de lançarmos o *Serviço Social é Notícia* integra o compromisso do Conjunto CFESS-CRESS em buscar estratégias efetivas na comunicação democrática com assistentes sociais e contribuir para o trabalho da categoria, na direção de uma sociedade que garanta a liberdade, os direitos humanos e a democracia.

Boa leitura!

**Conselho Federal de Serviço Social**  
*Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)*



**INFORMATIVO ANUAL DO CONJUNTO CFESS-CRESS**

Conselho Federal de Serviço Social  
Conselhos Regionais de Serviço Social

Ano 1  
Edição nº1  
Maio 2015  
Brasília (DF)

**Comissão de Comunicação do CFESS >>**

Daniela Neves (coordenação), Daniela Castilho, Erlênia Sobral, Marlene Merisse e Maurílio Matos

**Revisão, edição, projeto gráfico e diagramação >>**

Assessoria de Comunicação do CFESS

**Jornalistas responsáveis >>**

Diogo Adjuto (JP-DF 7823) e Rafael Werkema (JP-MG 11732)

**Tiragem >>** 150 mil exemplares

**Impressão >>** Cidade Gráfica e Editora

**Para sugestões, comentários e críticas sobre esta edição >>**

comunicacao@cfess.org.br

Os textos dos CRESS e Seccionais foram produzidos pelas respectivas direções, comissões de comunicação e assessorias.

Nosso informativo procura adequar os textos a uma linguagem não discriminatória!

**Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)**

**PRESIDENTE** Maurílio Castro de Matos (RJ)

**VICE-PRESIDENTE** Esther Luíza de Souza Lemos (PR)

**1ª SECRETÁRIA** Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)

**2ª SECRETÁRIA** Daniela Castilho (PA)

**1ª TESOUREIRA** Sandra Teixeira (DF)

**2ª TESOUREIRA** Nazarela Rêgo Guimarães (BA)

**CONSELHO FISCAL**

Juliana Iglesias Melim (ES)

Daniela Neves (DF)

Valéria Coelho (AL)

**SUPLENTEs**

Alessandra Ribeiro de Souza (MG)

Josiane Soares Santos (SE)

Erlênia Sobral do Vale (CE)

Lilian da Silva Gomes Melo (AM) - licenciada

Marlene Merisse (SP)

Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)

Solange da Silva Moreira (RJ)

Hirley Ruth Neves Sena (MS)

**NOSSO ENDEREÇO**

Conselho Federal de Serviço Social :: SCS Quadra 02,

Bloco C, Edf. Serra Dourada,

Salas 312-318. Brasília - DF.

CEP 70300-902

Fone: (61) 3223-1652

Fax: (61) 3223-2420

e-mail: cfess@cfess.org.br

site: www.cfess.org.br

# Campanha vai recadastrar assistentes sociais no país

*Ação do Conjunto CFESS-CRESS tem como objetivo atualizar os dados de toda a categoria profissional e o perfil da profissão*

Com o objetivo de conhecer o perfil de assistentes sociais e a realidade do exercício profissional no Brasil, atualizar e unificar os dados de toda a categoria com inscrição ativa nos CRESS e aprimorar a comunicação destes com profissionais, o Conjunto CFESS-CRESS convoca você a participar da *Campanha Nacional de Recadastramento*, por meio de um sistema on-line. O procedimento é bem simples. Talvez você se pergunte: como devo proceder para efetuar o recadastramento? Aqui vai um guia para você entender mais sobre esta iniciativa do Conjunto.

## O que é?

>> O recadastramento consiste no fornecimento, por assistentes sociais, de informações pessoais e profissionais, para atualização de dados fundamentais junto aos CRESS. Este processo é obrigatório para assistentes sociais com inscrição ativa no Conselho Regional.

## Quando?

>> Entre 1º de julho de 2015 e 31 de dezembro de 2016, impreterivelmente, você deverá acessar o sistema on-line, que será disponibilizado na página do CRESS de sua região, para fornecer as informações necessárias.

## Onde?

>> Você poderá realizar o recadastramento em qualquer computador com acesso à internet, ou em computadores disponibilizados pelos Conselhos Regionais de Serviço Social em suas sedes e Seccionais.

## E se eu não efetuar o recadastramento?

>> Quem não realizar o recadastramento neste prazo fica submetido às sanções previstas no artigo 16 da Lei nº



Arte: Rafael Werkema/CFESS

8.662/1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## Como está a condição do exercício profissional de assistentes sociais no Brasil?

>> No momento do recadastramento, você será convidada/o a preencher um questionário referente à “Pesquisa sobre o Perfil da/o Assistente Social e Realidade do Exercício Profissional”. Esta etapa é opcional, mas é fundamental para subsidiar e fortalecer as ações do Conjunto CFESS-CRESS na defesa do exercício profissional, que sofre cotidianamente com a precarização dos serviços públicos, com a banalização da vida social e com a deterioração das condições e relações de trabalho.

## Nova carteira de identidade profissional!

>> A partir de julho de 2015, quando será iniciado o recadastramento obrigatório, os CRESS passarão a emitir novo documento de identidade profissional, na modalidade de cartão policarbonato com chip, com vistas a permitir maior segurança e adaptação à nova realidade tecnológica. Com isso, assistentes sociais que efetuarem seu registro após 1º de julho de 2015 já receberão a nova carteira de identidade profissional.

## Há obrigatoriedade em substituir a carteira de identidade profissional?

>> Não. Assistentes sociais que já possuem inscrição ativa no CRESS não têm obrigação de substituir sua carteira de identidade profissional. Mas, se você tiver interesse em substituir o documento, após realizar o recadastramento eletrônico, você deverá imprimir o formulário, assinar no local especificado e encaminhá-lo, pelos Correios ou em mãos, ao endereço indicado, juntamente com foto 3x4 e comprovante do pagamento dos custos de emissão do documento.

A coordenadora da Comissão Administrativo-financeira do CFESS, Sandra Teixeira, reafirma que o recadastramento, a pesquisa e a emissão de novas carteiras profissionais são processos que terão início em julho deste ano, conforme a Resolução do CFESS nº 696/2014 (disponível no site do Conselho). “Este processo só foi possível, devido ao acúmulo histórico e democrático do Conjunto CFESS-CRESS, decorrente de suas atividades de fiscalização profissional, debates, deliberações e planejamento destas ações, tendo como referência o projeto ético-político do Serviço Social”, completa a conselheira.

# ASSISTENTE PROFISSIONAL DE LUTA,

**A**s atribuições e competências de assistentes sociais correspondem ao tema definido pelo Conjunto CFESS-CRESS para as comemorações do Dia do/a Assistente Social, celebrado em 15 de maio. Sua atualidade é algo incontestável, porque, se por um lado, tais componentes são responsáveis por parte do nosso reconhecimento social, estando estabelecidos em lei, por outro, devemos atentar para o seu movimento diante das relações e condições em que se realiza o trabalho assalariado nas sociedades capitalistas.

Mas atentemos também para o fato de que o tema não se descola de nossa posição ético-política em defesa das políticas sociais universais, o que implica em pensá-lo articulado a algumas finalidades postas na realização do trabalho profissional, por meio de suas atribuições e competências.

A Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei nº 8.662/93) instituiu um consenso relativamente largo em torno da primeira parte de nosso debate, ou seja, dos termos em que estão socialmente legitimadas nossas atribuições e competências. Isso não significa dizer que, com a lei, tenham se encerrado as polêmicas a respeito. Podemos citar alguns dos questionamentos mais frequentes, envolvendo:

- » o que seria “matéria de Serviço Social”, enquanto um dos termos que distingue as atribuições privativas da categoria, na comparação com as competências – que seriam atividades assumidas não exclusivamente por assistentes sociais;
- » o debate interdisciplinar, que afirma interfaces entre as profissões, questionando, em algumas áreas, a existência em si da noção de “atribuições privativas”, em nome de atribuições que seriam da equipe e não das especialidades profissionais (a saúde mental e a assistência social são campos em que isso ocorre com maior radicalidade);

» as históricas requisições institucionais, que consideramos indevidas e repõem atribuições incompatíveis com o atual projeto profissional. São exemplos disso as várias medidas de “controle” da população usuária, realizadas por meio de “sistemas” que coletam informações detalhadas sobre a vida material e comportamental das famílias, ou ainda aquelas renomeadas com terminologias “modernas” – condicionalidades, vigilância socioassistencial e congêneres.

**“Ao afirmar suas atribuições e competências, a categoria de assistentes sociais enfrenta dificuldades, que se expressam na deterioração das possibilidades do exercício de sua autonomia relativa. É preciso enxergar que a definição do que fazemos e como fazemos não está dissociada das demandas postas pela conjuntura”**

Nessas e em outras situações, ao afirmar suas atribuições e competências, a categoria de assistentes sociais enfrenta dificuldades, que se expressam na deterioração das possibilidades do exercício de sua autonomia relativa. Referimo-nos à difusão crescente de uma sensação de impotência ou de “inespecificidade”, cujo impacto na autovalorização profissional nos parece evidente, repercutindo no esvaziamento sentido hoje na organização política da categoria.

É preciso enxergar que a definição do que fazemos e como fazemos – debate transversal ao tema das atribuições e competências – não está dissociada das

demandas postas pela conjuntura, que define essencialmente o papel das instituições onde exercemos o nosso trabalho. Nossas dificuldades são oriundas, portanto, de um contexto em que a crise capitalista acirra a luta de classes e a encobre pelo assistencialismo dirigido à “extrema pobreza”. Vejamos no que tem se transformado a proteção social no Brasil e nos demais países “em desenvolvimento” e estaremos diante de inúmeras semelhanças que não são meras coincidências.

Sim. Somos um dos países que ampliam, em escala mais preocupante, a desigualdade social, vista como “reprodução ampliada das ‘classes perigosas’” e, por isso, no campo das políticas sociais, a receita “recomendada” repõe a “velha novidade” da focalização e inviabiliza os direitos legalmente conquistados.

Sim. O Estado mínimo adquire “ares” de “neodesenvolvimentismo” ao difundir uma aparente ampliação dos gastos estatais com as políticas sociais focalizadas, o que não corresponde à realidade vivida por usuários e usuárias. E não corresponde, porque nós, trabalhadoras e trabalhadores ligados às instituições de implementação destas mesmas políticas, sabemos o quanto faltam recursos, para que elas sejam viabilizadas numa perspectiva de universalidade.

Sim. Nós sabemos e sentimos diariamente os efeitos desta precária situação dos direitos sociais no Brasil, que inviabilizam o cumprimento de algumas de nossas competências e atribuições e nos afetam como classe trabalhadora: achata salários, reduz as equipes profissionais e aumenta a nossa demanda, o que afeta nossa saúde, nos sobrecarregando de trabalho excedente e nos levando, frequentemente, a assumir mais de um vínculo empregatício.

Sim. Sabemos que esta situação deteriora a qualidade dos serviços prestados, na contramão do que nos comprometemos a fazer do ponto de vista ético-político.

# SOCIAL

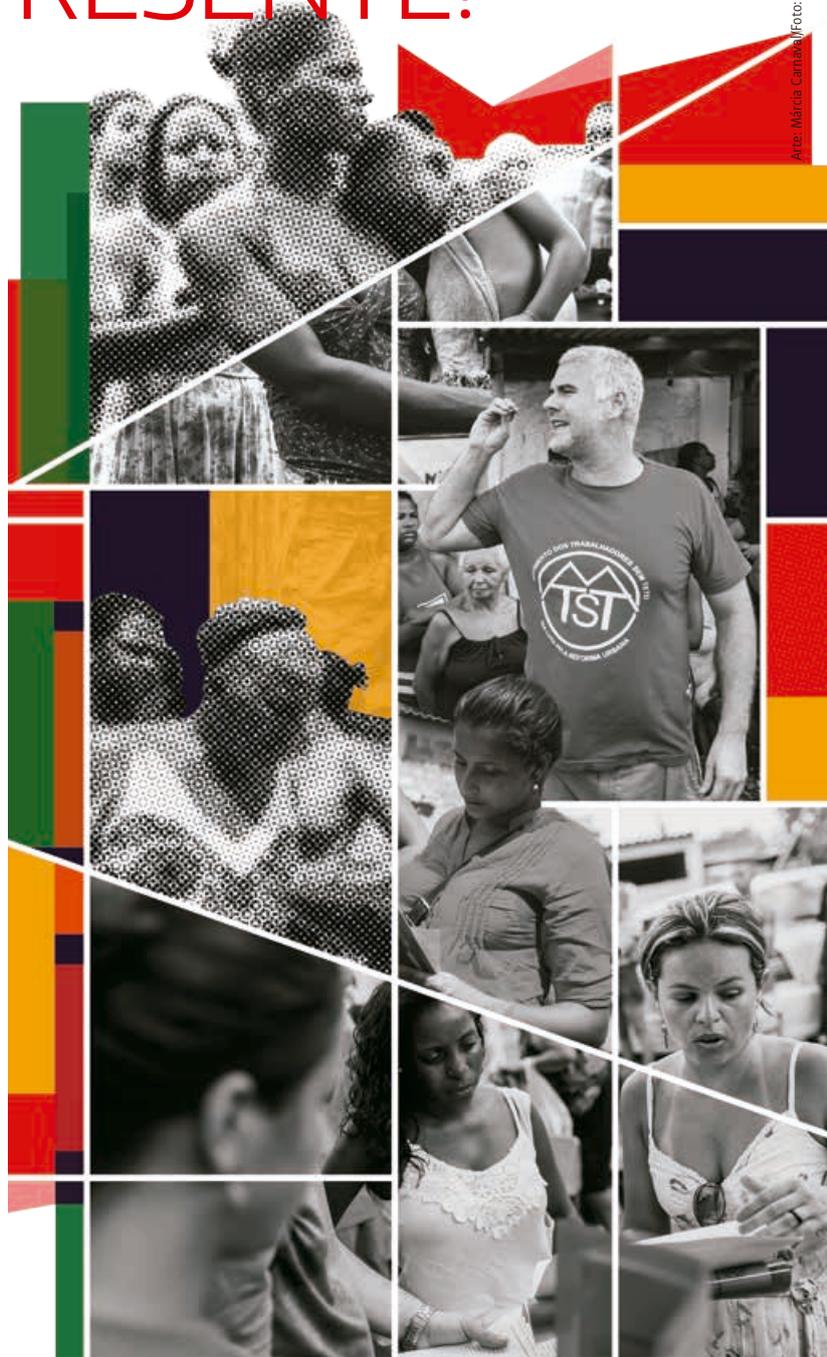
## PROFISSIONAL PRESENTE!

Não. Não podemos errar na análise, sob pena de errar na estratégia. É no âmbito da conjuntura, e não da teoria, que residem hoje nossas principais dificuldades e é nele que precisamos concentrar a ação. Daí a unidade do tema que escolhemos para refletir em 2015: atribuições, competências e a defesa das políticas. O Conjunto CFESS-CRESS tem sido incansável em materializar ações para intervir neste campo, quando:

- » participa de diversas instâncias de controle social democrático das políticas sociais brasileiras (em suas diferentes esferas de governo), defendendo a universalidade, o financiamento 100% estatal e a presença qualificada de trabalhadores e trabalhadoras, usuários e usuárias dos serviços na gestão;
- » participa de fóruns nacionais e estaduais de trabalhadores e trabalhadoras destas políticas e de suas estratégias coletivas de enfrentamento, presentes na gestão do trabalho, necessidade de realização de concursos públicos, planos de cargos, carreiras e salários e outras pautas;
- » acompanha a tramitação de projetos de lei de interesse da categoria, fazendo incidências políticas para seu aperfeiçoamento e aprovação junto às instâncias legislativas nas diferentes esferas de governo;
- » institui Grupos de Trabalho Nacionais e realiza eventos para o debate de atribuições e competências relacionadas às áreas do mercado de trabalho em que assistentes sociais têm presença significativa, sistematizando e publicando reflexões que subsidiem e qualifiquem o trabalho realizado;
- » se contrapõe a diversas formas de violação dos direitos humanos, que perpassam a inviabilização dos direitos sociais, desde situações mais explícitas – como as recentes investidas contra a redução da maioria penal – a situações quase naturalizadas de maus-tratos e preconceitos dirigidos a segmentos de usuários e usuárias presentes nas diversas políticas sociais, como homossexuais, transexuais, população de rua, pessoas idosas, entre outros.

Sim. Acreditamos que, quanto mais a categoria incorporar essa agenda em seu cotidiano de trabalho e militância, articulando-se com outros trabalhadores e trabalhadoras, menor será a solidão sentida na defesa de atribuições, competências e das políticas sociais.

Sim. Porque não há saída para estes dilemas vividos individualmente, se não coletivizamos as reflexões e, principalmente, as ações. Com este tema, reiteramos, portanto, o convite para que os/as 150 mil assistentes sociais deste país continuem sendo vistos/as como *Profissionais de luta! Profissionais presentes!*



**Acesse o site do CFESS e faça o download das artes produzidas para as comemorações deste ano! Veja também o vídeo e o spot de rádio produzidos!**

# Conservadorismo no Congresso Nacional quer acabar com direitos de crianças e adolescentes

*Conjunto CFESS-CRESS é contrário à PEC que reduz idade penal para 16 anos*

Aos poucos, os direitos de crianças e adolescentes estão sendo engolidos pela onda de conservadorismo do Congresso Nacional. Pelo menos, este é o sentimento comum de quem vem acompanhando, nos últimos meses, a batalha no Congresso Nacional, em Brasília, contra a redução da maioridade penal.

A discussão em pauta trata da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/1993, que passa de 18 para 16 anos a idade penal. O Conjunto CFESS-CRESS, que defende o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), avalia ser preciso que as entidades e os movimentos sociais continuem mobilizados, fortalecendo o #NãoàReduçãoDaMaioridadePenal, especialmente no ano em que serão realizadas as Conferências da Criança e do Adolescente em todo o país, e enquanto a PEC tramitar no Congresso Nacional.

“Nós, assistentes sociais, trabalhamos diretamente com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e sabemos que elas podem ser eficazes, se realizadas dentro da perspectiva preconizada pelo ECA. Defendemos a implementação do Sistema Na-

cional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). A redução da idade penal é uma medida punitiva que não resolve a violência no Brasil; pelo contrário, a tendência é que ela aumente”, disse Esther Lemos, vice-presidente do CFESS.

Segundo ela, no Brasil, adolescentes entre 12 anos e 18 anos já assumem responsabilidade penal. “Precisamos é desconstruir os mitos criados neste tema e defender a implantação de políticas de proteção integral que de fato priorizem crianças e adolescentes no país”, completou.

## Serviço Social se mantém firme na luta

Como é de conhecimento da categoria, o Conjunto CFESS-CRESS é contrário à PEC, fundamentando seu posicionamento no Código de Ética profissional. Além disso, esta posição é uma deliberação do Encontro Nacional CFESS-CRESS, que reúne assistentes sociais da base e das direções dos, sendo o maior espaço deliberativo da categoria.

Nesse sentido, o Conselho Federal e os Regionais defendem que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos. Em razão de sua condição específica de pessoa em desenvolvimento, necessitam de uma proteção e justiça especializada, diferenciada e integral. Por isso, dizem não para qualquer proposta de redução da maioridade penal e defendem intransigentemente as políticas públicas para a infância e juventude e a implementação do ECA em sua totalidade.

## Conjunto também diz não às comunidades terapêuticas

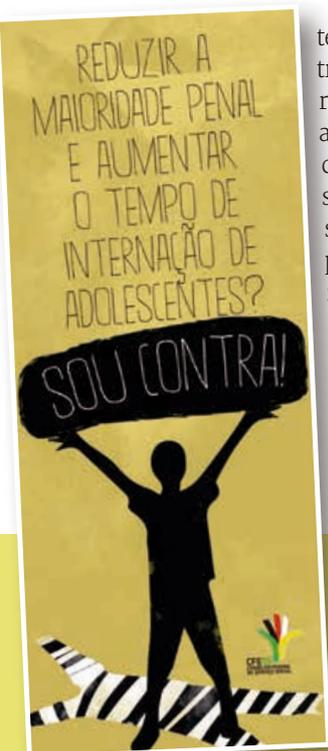
O CFESS defende que o tratamento de pessoas que consomem drogas de forma abusiva, ou que delas criam dependência, deva ser realizado no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD), por meio dos hospitais gerais e dos consultórios de rua, conforme documentos finais da 4ª Conferência Nacional de Saúde Mental (2010), da 14ª Conferência Nacional de Saúde (2011) e, especialmente, a Lei nº 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica).

“A saúde é um direito fundamental de todo ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, assegurando acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. Esse papel não é das comunidades terapêuticas”, afirma a coordenadora da Comissão de Seguridade Social do CFESS, Alessandra Souza.

No entanto, as comunidades, que passaram a ser financiadas pelo poder público desde o ano de 2011, quando o governo federal lançou o programa “Crack, é possível vencer”, não tinham regras claras de funcionamento e fiscalização, fato que o governo pretende regular, por meio de uma portaria do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad). A minuta de regulamentação, que esteve aberta à consulta pública e foi contestada ponto a ponto pelo CFESS, acabou sendo aprovada pelo Conad.

Por isso, o CFESS entende e reafirma que a regulação de comunidades terapêuticas, pelo Estado, para prestação de serviços à população, se contrapõe aos princípios inscritos na Constituição Federal, como também à legislação que regulamenta o SUS, que prevê ações e serviços de saúde prestados por instituições públicas federais, estaduais e municipais, de forma universalizada.

Está disponível no site do CFESS a cartilha que explica os motivos pelos quais o Serviço Social é contra a redução da idade penal!



# Belo Horizonte receberá o 5º Encontro Nacional de Seguridade Social

Evento organizado pelo Conjunto CFESS-CRESS ocorrerá de 19 a 21 de novembro

A relação histórica construída pelo Serviço Social brasileiro com as políticas sociais é muito anterior à própria institucionalização da seguridade social pela Constituição Federal de 1988, que inovou ao definir um Sistema de Seguridade Social composto pelo tripé Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Tal vinculação já era presente na inserção profissional nas políticas que vieram a compor a seguridade social, nas análises e na produção teórica e crítica, referentes ao tema, e também pela participação de assistentes sociais e de suas entidades representativas nos movimentos em defesa dos direitos sociais e do Estado democrático.

É a partir desta vinculação histórica, e direcionado pelo projeto ético-político profissional, que o Conjunto CFESS-CRESS realizará, de 19 a 21 de novembro de 2015, em Belo Horizonte (MG), o 5º Seminário Nacional de Seguridade Social e Serviço Social. O evento terá vagas limitadas, será aberto à categoria de assistentes sociais, a estudantes e a profissionais de outras áreas, e as inscrições serão feitas pela internet. As informações serão divulgadas no site do CFESS, em breve.

“É importante reafirmar que o Serviço Social construiu e defende um determinado padrão de Seguridade Social, que se choca com o projeto conservador que contrarreforma os direitos conquistados que vêm se materializando na atualidade”, explica a coordenadora da Comissão de Seguridade Social do CFESS, Alessandra Souza.

Ela acrescenta que a concepção de seguridade social defendida por assistentes sociais no Brasil se sustenta na defesa de um modelo que inclua todos os direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal (moradia, la-

zer, segurança, previdência, assistência social, Educação, saúde e trabalho) e que se pautem pelos princípios da universalização; da garantia das políticas sociais como um direito e, portanto, responsabilidade do Estado; do orçamento redistributivo e da estruturação radicalmente democrática. “Essa concepção ampliada de seguridade social defendida pelo Serviço Social está expressa na ‘Carta de Maceió’, intitulada ‘Seguridade Social Pública é Possível!’ que, em 2015 completa 15 anos e continua sendo um importante documento de referência para a categoria no debate e na atuação profissional”, completa a conselheira do CFESS.

## Carta de Maceió: saiba mais

É importante destacar que a ‘Carta de Maceió’ representa a concepção de Seguridade Social sintonizada com o projeto ético-político do Serviço Social e seu texto, além de reconhecer os avanços constitucionais alcançados pela CF 1988 em relação à trajetória histórica do direito às políticas sociais

no Brasil, situa a seguridade social não como um fim em si mesma, mas como “parte de uma agenda estratégica da luta democrática e popular no Brasil, visando a construção de uma sociedade justa e igualitária” e, portanto, compreendida como um campo de luta e de formação de consciências críticas em relação à desigualdade social no Brasil, de organização da classe trabalhadora. Um terreno de embate que requer competência teórica, política e técnica.

No sentido de fortalecer a luta pela seguridade social, o Conjunto CFESS-CRESS convoca toda a categoria de assistentes sociais a participar do 5º Encontro Nacional de Seguridade Social, que objetiva ser um espaço de reflexão crítica sobre os contornos da política de seguridade social, seus impactos para o exercício profissional de assistentes sociais e, sintonizado com o tempo histórico, reafirmará a defesa por uma seguridade social pública e estatal! As informações estarão disponíveis nos sites do CRESS-MG e do CFESS.



## Há 18 anos...

... a capital mineira recebia o 1º Encontro de Serviço Social e Seguridade Social. Depois disso, Porto Alegre, Fortaleza e Foz do Iguaçu sediaram o evento!

# Educação como horizonte e marca do plano de lutas

*Entidades defendem um ensino público, laico e presencial de qualidade*

A crise atual, condicionada pelo processo de restauração do capital, recai sobre a classe trabalhadora, como bem evidencia os últimos pacotes do governo brasileiro. A unidade na luta das diversas categorias de trabalhadores e trabalhadoras é a estratégia necessária para manter os direitos do trabalho e conquistas da classe. Nesta seara das conquistas, a educação, em particular a universidade pública, é um patrimônio que reúne amplos setores de lutadores e lutadoras sociais, como bem evidenciou o Encontro Nacional de Educação, realizado em 2014, do qual o CFESS participou. O debate em torno dos principais eixos, como avaliação, e financiamento, pautou a disputa da direção social na política educacional.

É nesta perspectiva de articulação entre entidades, lutadores e lutadoras sociais que o CFESS vem se colocando em parceria com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), com a Central Sindical e Popular (CSP Conlutas), com o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), com a Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (Anel), na construção desta unidade em defesa da educação pública, gratuita e socialmente referenciada. Unidade que se fortalece também internamente na categoria, pelo debate da defesa do projeto ético-político e da formação profissional com ações em conjunto com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço



Social (Abepss), com a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), com a mediação do grupo de trabalho (GT) nacional de Trabalho e Formação Profissional, coordenado pela Comissão de Formação Profissional do CFESS.

O CFESS considera que a mercantilização da educação se expressa na flexibilidade e abertura do Ministério da Educação (MEC) para diversas modalidades de formação, a despeito da preocupação com a afirmação das

diretrizes curriculares, como bem mostra a expressão máxima da precarização: a graduação pelo ensino à distância (EaD). No campo das universidades públicas, o enfrentamento da esquerda e a literatura crítica vêm pautando: as exigências de produtividade das agências de fomento; a relação entre avaliação, rendimento e acesso aos recursos; os indicadores de avaliação são os mesmos da lógica de produção de mercadorias; os grupos como células de produção, submetidas às agências de fomento (capatazes da produção); competitividade e individualismo, reproduzidos no cotidiano; contexto de precarização e exigências de produtividade: interferências na qualidade de vida de professores e professoras; nova relação público X privado - enfraquecimento do conceito de esfera pública; mediação das fundações-venda de serviços e produtos; influência dos organismos internacionais na definição da política educacional.

“Por esse contexto, o Plano de Lutas que reúne as três entidades representativas do Serviço Social (Conjunto

CFESS-CRESS, Abepss e Enesso) vem tratando como prioridade a unidade com outros setores, em particular o Andes-SN, dada a referência que esta entidade construiu no campo da resistência, por não ceder aos encantos ideológicos da ‘pátria educadora’”, avalia a coordenadora da Comissão de Formação Profissional do CFESS, Erilênia Sobral.

Para conhecer e saber mais sobre o Plano de Lutas, acesse o site do CFESS.

# Oficinas debatem trabalho, assistência social e Justiça

*É preciso acabar com requisições indevidas do Poder Judiciário a assistentes sociais*



Arte: Rafael Werkenal/CFESS

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Sistema de Justiça realizaram Oficinas Regionais para aplicação da metodologia de pesquisa, intitulada “As relações entre o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Sistema de Justiça”, entre os meses de setembro e dezembro de 2014, nas cidades de Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Cuiabá (MT), Vitória (ES) e Salvador (BA). O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), por meio da Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi), participou de todas as oficinas.

As atividades tiveram objetivos primordiais: identificar temáticas específicas em que existam entraves e potencialidades na interlocução entre quem opera o Suas e o Sistema de Justiça, como subsídio para futuras regulamentações no âmbito do Suas; levantar propostas, para enfrentar os problemas apresentados, especialmente aqueles que se referem a incompreensões por parte do Sistema de Justiça, das funções da assistência social, visando à melhor compreensão dos papéis desempenhados por atores de ambos os sistemas, e o melhoramento no fluxo de informações e encaminhamento de demandas.

O Conjunto CFESS-CRESS teve especial interesse em participar desses eventos, pois são recorrentes as demandas registradas em relação a requisições indevidas, formuladas pelo Poder Judiciário a assistentes sociais em várias áreas, com maior incidência nos equipamentos da assistência social. Ressalta-se que o CFESS já publicou parecer jurídico, de nº 10/12, que trata da matéria, e está disponível no site do Conselho Federal.

Participaram das oficinas professores e professoras, gestores e gestoras do Suas, especialistas, técnicos e técnicas, analistas do Sistema de Justiça, juízes e juízas, promotores e promotoras, defensoras e defensores públicos, assistentes sociais do Suas, do INSS e do Ministério Público, da Defensoria Pública e representantes de órgãos de classe (OAB, CFESS, CRESS, CFP e CRP, entre outros).

**Inexistência do diálogo entre os sistemas, poder de requisição pela Justiça, sobrecarga de demandas para assistentes sociais e precarização dos serviços são alguns dos problemas identificados pelo CFESS entre o Sistema de Justiça e o Suas**

## Problemas identificados

É importante destacar que, em todas as oficinas, participantes identificaram os principais problemas existentes na relação entre o Sistema de Justiça e o Suas, dentre os quais podem ser destacados como mais relevantes: inexistência do diálogo entre os sistemas; poder de requisição pela Justiça; sobrecarga de demandas para assistentes sociais; precarização dos serviços; falta de profissionais no Poder Judiciário; necessidade de entendimento das competências e atribuições de cada sistema; alto número de requisições aparentemente inúteis; dificuldades de afirmação da assistência social como política pública;

desconhecimento do Suas pelo Sistema de Justiça e desvalorização de profissionais da assistência social.

“Ao debater tais questões, com contribuições das Comissões de Fiscalização do Conjunto CFESS-CRESS, objetivou-se dar visibilidade aos inúmeros prejuízos à qualidade dos serviços prestados no campo do Suas, quando profissionais acabam por ter de reorganizar seu fluxo de trabalho, para atender às exigências de órgãos do Sistema de Justiça”, destaca a coordenadora da Cofi do CFESS, Josiane Santos.

Ela acrescenta que foi também um espaço para externar situações de assédio moral e represálias notificadas aos CRESS, quando profissionais se recusam a atender a tais determinações, preservando sua autonomia profissional. A fala do CFESS também procurou destacar o reforço à necessidade do cumprimento do provimento nº 36 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 5 de maio de 2014, que determina a recomposição dos quadros profissionais das Varas da Crianças e do Adolescente e, para além destas varas, junto aos demais órgãos do Sistema de Justiça, pois se evidencia que estes procedimentos camuflam a insuficiência de profissionais que tem vínculos com aqueles serviços e refletem tendências da precarização do trabalho na atual conjuntura.

Os próximos passos previstos para enfrentamento a tais questões envolvem a realização de uma oficina nacional, provavelmente em Brasília, para expor os resultados dos grupos focais e pactuar estratégias entre o MDS e o Sistema de Justiça. A categoria de assistentes sociais pode acompanhar as notícias no site do CFESS!

# SERVIÇO SOCIAL, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS CONTRA A DITADURA



Arte: Rafael Werckema/CFESS

*Projeto pretende reunir depoimentos de assistentes sociais que sofreram violações de direitos no período de 1964 a 1985*

Dentre as ações que constam da agenda da Comissão de Ética e Direitos Humanos (CEDH), direcionadas à defesa e materialização do projeto ético-político profissional, está o projeto do CFESS *Serviço Social, memórias e resistências contra a Ditadura*. “Há um desastroso legado da ditadura, que perdura até hoje no país, e que precisamos urgentemente debater e lutar contra ele: uma construção social democrática violentamente interrompida; a institucionalização da violência por parte do Estado e da sociedade; impactos na organização do mundo do trabalho; o massacre dos povos indígenas; a concentração do setor de comunicação no país, por meio da construção de impérios de comunicações”, critica a coordenadora da CEDH, Tânia Diniz.

O projeto tem o objetivo de coletar depoimentos de assistentes sociais que vivenciaram histórias de violação de direitos quando lutaram pela liberdade e pela democracia no país, no tempo da Ditadura Militar Empresarial (1964-1985), para a socialização da memória histórica do Serviço Social, uma profissão que se prepara para fazer 80 anos em 2016. “Com a proposta de organizar e deixar registrado, em um livro, os depoimentos coletados, pretendemos tornar conhecida essa história por toda a sociedade, e que a mesma possa alimentar, permanentemente, nosso horizonte de lutas sociais emancipatórias, pela realização dos direitos e pela destruição do legado da ditadura”, destaca o presidente do CFESS, Maurílio Matos.



Acesse o site do CFESS e veja como participar do Projeto ou envie um e-mail para [memoriaeresistencia@cfess.org.br](mailto:memoriaeresistencia@cfess.org.br)



## VOCÊ SABIA?

No 43º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado em Brasília (DF), em 2014, o CFESS organizou uma mesa de debate com cinco assistentes sociais que lutaram contra a Ditadura. Além disso, foi produzido um vídeo (Não nos esqueceremos) que reúne outros depoimentos marcantes. Veja no site!

## NÃO NOS ESQUECEREMOS

(...)  
Da poesia oprimida no calabouço escuro  
Da poesia cassada sem trégua  
Da poesia obscura presa na garganta do povo  
(...)  
daniela castilho

# serviço social e diversidade trans

Seminário em São Paulo, nos dias 11 e 12 de junho, debaterá exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero

A defesa dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania e a luta pela democracia constituem alguns dos princípios éticos que regem a atuação de assistentes sociais em seu cotidiano profissional. Um cotidiano de grandes mudanças, tanto material quanto ideologicamente, resultado das forças econômicas, políticas e culturais do capitalismo contemporâneo, que tem acentuado uma lógica destrutiva, tensionando o modo de vida, valores e aspirações dos diferentes grupos sociais.

Nesse contexto, uma das frentes de luta do CFESS é a defesa dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT). Por isso, o Conselho Federal realizará, em 11 e 12 de junho de 2015, o *Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate*, que ocorrerá em São Paulo (SP). A Comissão de Ética e Direitos Humanos (CEDH) do CFESS convida a categoria de assistentes sociais e estudantes a se somarem a esse debate e a refletirem sobre as violações motivadas pelas relações de gênero e, especialmente, pelo binarismo de gênero, que impõe restrições ao acesso a direitos por todas as pessoas.

A coordenadora da CEDH/CFESS, Tânia Diniz, ressalta a necessidade da resistência e da luta e a importância do envolvimento da categoria neste e em outros debates. “Nessa direção, queremos afirmar a responsabilidade da Comissão de Ética, ao defender, na sua agenda política construída coletivamente no Conjunto CFESS-CRESS, questões pertinentes ao exercício profissional, mas também outras questões, anteriormente não consideradas como parte do debate profissional, mas que atravessam, de forma contundente, o cotidiano e a atuação de assistentes sociais, a exemplo da defesa do aborto legal e seguro como um direito reprodutivo; a defesa da política de acessibilidade, visando a superar barreiras físicas de comunicação e atitudinais e a defesa do Estado laico e da incompatibilidade de se recorrer à religiosidade nos instrumentos e técnicas utilizados por profissionais, dentre outros”, avalia a conselheira.

participe!

Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans

11 e 12 de junho, São Paulo (SP)

Inscrições gratuitas e informações:

[www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br)

Realização: CFESS e CRESS-SP

você sabia?

O Conjunto CFESS-CRESS tem, desde 2011, a Resolução CFESS nº 615, que permite que assistentes sociais travestis e transexuais utilizem seu nome social na carteira e na cédula de identidade profissional! **Isso é respeito, isso é direito!**





Democratizar a comunicação não é censura! CFESS está nessa luta

Arte: Rafael Werkema/CFESS

COMO VOCÊ QUER VER SUA PROFISSÃO NA MÍDIA?

Você já deve ter ouvido falar sobre o debate da regulação da mídia. Ou por meio de outros termos, como regulamentação da mídia, democratização da comunicação. Esse assunto está, mais do que nunca, em voga no Brasil. Mas, para além do que é divulgado pela imprensa brasileira, você sabe realmente do que se trata?

A Constituição Federal do Brasil de 1988 traz um capítulo exclusivo para a Comunicação Social, nos artigos de 220 a 224. Acontece que esses artigos até hoje não foram regulamentados. Além disso, a Lei Federal que regulamenta a radiodifusão no Brasil já tem mais de 50 anos de existência (Código Brasileiro de Telecomunicações), com muitos instrumentos que precisam ser atualizados e modificados. Isso tudo, para que se garanta, como determina a constituição, a “preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; a promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; a regionalização da produção cultural, artística e jornalística”, dentre outros elementos.

Ou seja, garantir que a diversidade brasileira possa ter voz. Garantir que você, assistente social, seja retratado em uma novela ou em um programa de televisão, da maneira crítica e qualificada que você se enxerga e atua em seu espaço de trabalho, diferentemente do que ocorre atualmente.

Nesse sentido, a Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS está, a cada ano, se fortalecendo, o que permite um diálogo constante das entidades com

assistentes sociais e com a sociedade em geral, no intuito de levar à mídia e à própria categoria a imagem e os posicionamentos do Serviço Social exatamente da forma como assistentes sociais se veem. A defesa da democratização da comunicação é um dos princípios da Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS, cuja 3ª edição será lançada ainda em 2015.

#### Assistente social faz parte dessa luta

Para além das atividades e tarefas de responsabilidade da Comissão de Comunicação e da assessoria de comunicação do CFESS, esta tem buscado a inserção do Conselho Federal na luta pela democratização da comunicação no Brasil, em diálogo com assistentes sociais, movimentos sociais, entidades e demais instâncias de trabalhadores e trabalhadoras. Defender e construir uma comunicação como um direito humano, com acesso popular, valores solidários entre os segmentos mais excluídos da projeção da mídia (como movimento indígena, negro, LGBT, de mulheres, de pessoas idosas, dentre outros).

Mas como fazer isso? As estratégias são diversas, mas o debate precisa chegar a cada assistente social, para que este leve a discussão a seus pares, por meio de uma linguagem não discriminatória, desmistificadora, deixando muito nítido que democratizar a mídia não é censurá-la. É torná-la aberta a que outras vozes tenham a

oportunidade de dizer a sua mensagem também. É nessa perspectiva que se vislumbra uma possibilidade real e estratégica para a construção de um processo de democratização social do país.

Em 2014, diversas ações para construir e materializar as deliberações do Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS e as decisões políticas e administrativas do CFESS foram realizadas. Como exemplos, a associação ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e apoio à campanha *Para expressar a liberdade: uma nova lei para um novo tempo*, que pretende encaminhar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular das Comunicações ao Congresso Nacional.

“A luta pela democratização da comunicação no Brasil é uma tarefa difícil, porém necessária, que interfere diretamente no controle e defesa dos interesses do capital no modo da sociedade de viver, de produzir e de se organizar. Por isso, criar meios para democratizar a comunicação é fundamental para desconcentrar o poder das elites dominantes na mídia e na comunicação social”, afirma a coordenadora da Comissão de Comunicação do CFESS, Daniela Neves.

Você quer participar do debate, mas não sabe como? Comece pelo CRESS de sua região. O Conjunto CFESS-CRESS realizará, em setembro de 2015, o 3º Seminário Nacional de Comunicação, evento interno voltado para os integrantes dos Conselhos. No entanto, as Comissões de Comunicação dos CRESS estão abertas ao debate e à participação de assistentes sociais da base. Entre em contato com o regional ou seccional e se informe. A inserção da categoria é fundamental.

# Quem quer Conselho participa!

*CRESS-DF tem o compromisso de fazer uma gestão mais próxima da categoria*

Foto: acervo/CRESS-DF

Um Conselho Regional forte é resultado de uma categoria profissional fortalecida, que participa, constrói, representa e se sente representada, atuante e firme na defesa dos princípios do projeto ético-político do Serviço Social. A gestão *Quem quer Conselho, Participa!* assumiu a direção do CRESS 8ª Região/Distrito Federal em outubro de 2014, após processo eleitoral extraordinário em segunda convocação, que ocorreu devido à ausência de inscrição de chapas durante a primeira convocação das eleições.

Diante dessa conjuntura, a gestão eleita assumiu o CRESS-DF com uma série de desafios, que colocam como premente a necessidade de ampliação da participação da categoria de assistentes sociais no cotidiano do Conselho. O nome da atual gestão pode ser entendido como um chamamento à efetiva participação de assistentes sociais. O Conselho não é constituído apenas pelo conjunto de conselheiros e conselheiras, mas também pela participação concreta de toda a categoria, para construção coletiva e democrática de um espaço de debate, seja no âmbito das comissões e grupos de trabalho, seja nas demais ações realizadas pelo CRESS-DF. Dessa forma, assistentes sociais do Distrito Federal estão convidados e convidadas a participar do enfrentamento coletivo aos desafios que ora se apresentam à nossa categoria profissional.

Com o compromisso de fazer uma gestão mais próxima da categoria, foram e estão sendo realizadas ações para o fortalecimento da comunicação com assistentes sociais do DF, para ampliar e democratizar o acesso à informação sobre as lutas sociais, divulgar os espaços de participação profissional, promover o diálogo com os movimentos sociais e aumentar a visibilidade da categoria perante a sociedade. Para isso, os espaços de comunicação do Conselho estão em processo de reestruturação, para dar maior dinamicidade e fluidez às informações, incorporando espaços interativos com a categoria e a sociedade.

O CRESS-DF também tem participado de atividades que envolvem os espaços sócio-ocupacionais de atuação



>> Diretoria do CRESS recebeu a visita do CFESS na Estrada, em janeiro deste ano

de assistentes sociais, e que se relacionam com as lutas defendidas pela categoria, a partir de uma perspectiva crítica e atuante, das quais destacam-se o Fórum de Justiça Juvenil, o Fórum de Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social do DF, a audiência pública sobre o Sistema Socioeducativo do DF, a reunião da Rede Coletiva LGBT do DF e Entorno, dentre outros.

Nesse sentido, a Comissão de

**O Conselho é pela participação concreta de toda a categoria, para construção coletiva e democrática de um espaço de debate**

Orientação e Fiscalização (Cofi) exerce um significativo papel, pois trabalha na perspectiva da fiscalização e defesa do exercício profissional em uma concepção ampliada, de cunho educativo e politizado, em que se inserem várias atividades que perpassam o debate das condições de trabalho, mas também da capacitação profissional e da organização política da categoria, alinhada à Política Nacional de Fiscalização. No que concerne à atuação da Cofi neste primeiro semestre de 2015, foram prio-

rizadas as visitas de orientação e fiscalização às unidades do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. A partir dos relatórios que foram produzidos a partir das visitas, pretende-se promover um amplo debate sobre a atuação profissional neste espaço ocupacional e a defesa da garantia de direitos.

Também têm sido realizadas ações com relação a assistentes sociais que atuam no âmbito do governo do Distrito Federal, tendo em vista o recebimento de diversas denúncias envolvendo práticas de desrespeito a tais profissionais, que têm lutado pela efetivação dos direitos sociais e fortalecimento das políticas sociais. Destaca-se, dentre aquelas ações, o agendamento de reuniões com os secretários de Estado que atuam em pastas estratégicas, assim como visitas de fiscalização e reuniões, com o objetivo de garantir as condições éticas e técnicas para o exercício profissional. No âmbito administrativo, está em fase de elaboração o Plano de Cargos e Salários do CRESS-DF e também a realização de concurso público para contratação de agente fiscal.

Assim, esperamos exercer a gestão no triênio 2014-2017 num processo coletivo de construção, pautado na intervenção qualificada, ética e socialmente comprometida.



>> CRESS-GO promove a 31ª Semana da/o Assistente Social, com representantes dos movimentos de luta pela terra, racial, feminista e LGBT

# A luta continua!

*Gestão 'Resistência, Ética e Ação' se coloca como sujeito no enfrentamento posto pela crise estrutural do capital*

A Gestão do CRESS 19ª Região/Goiás *Resistência, Ética e Ação: a Luta Continua* (2014-2017), em conjunto com a categoria, tem atuado de forma a contribuir no enfrentamento posto pela crise estrutural do capital e que tem reflexos no mundo do trabalho de assistentes sociais.

A Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) do CRESS trabalha com a dimensão político-pedagógica, ao fortalecer a luta profissional nos espaços de trabalho da categoria. Tem-se priorizado a sistematização de dados das visitas, ao se criarem instrumentos que auxiliam na manutenção do registro histórico da fiscalização profissional em Goiás. Nessa direção, são realizadas parcerias junto às universidades, para fortalecer o processo de formação qualificada e reflexão crítica da categoria frente aos desafios da intervenção profissional. A comissão participa de eventos, de capacitação nas universidades e de mobilizações políticas pela defesa do Serviço Social e da população usuária.

O CRESS-GO promoverá a 32ª Semana do/a Assistente Social, entre 11 e 13 de maio de 2015, e terá o tema *Assistente social: atribuições, competências e defesa das políticas públicas* - proposto no 43º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS. O evento tem a parceria do CFESS, da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), da Asso-

ciação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abeps) e da Executiva Nacional dos Estudantes em Serviço Social (Enesso).

A gestão do CRESS tem o compromisso de refletir nos espaços de formação profissional e trazer presente à realidade do fazer profissional do Serviço Social, bem como vislumbrar alternativas de superação dos desafios do mundo do capital/trabalho. Resultados desta articulação e gênese da Comissão Trabalho e Formação Profissional, o projeto *Café com Marx*, criado em setembro de 2011, é uma referência no estudo da teoria de Marx e tem a parceria da UFG e da PUC-GO. O grupo reúne, uma vez ao mês, profissionais, estudantes de Serviço Social e áreas afins. No dia 28 de fevereiro, o projeto recebeu um de seus idealizadores, o professor George Francisco Ceolin, que falou sobre sua tese em construção *A Crise Estrutural do Capital e as Determinações da Radicalidade da Alienação do Trabalho no Serviço Social Brasileiro*. Atualmente, o projeto é coordenado pelas assistentes sociais e professoras Omari Ludovico Martins e Darci Roldão.

Por meio da Comissão de Ética, será realizado o curso *Ética para Agentes Multiplicadores/as*, do projeto *Ética em Movimento*, nos dias 12, 13, 19 e 26 de junho, com a multiplicadora assistente social Elizângela Ribeiro, coordenadora executiva do CRESS e mestre em Serviço So-

cial. A proposta é intensificar e refletir as temáticas desafiadoras que abrangem a ética e demais categorias, fortalecendo assistentes sociais e o CRESS. A capacitação será dividida em quatro módulos e será voltada para as comissões e representações da categoria profissional, núcleos, grupos de trabalho, gestão do CRESS e Enesso. Haverá a contribuição da professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Gláucia Lelis Alves; dos professores da UFG Alison Cleiton de Araújo e George Francisco Ceolin e da professora Neimy Batista da Silva.

Em 2009, o CRESS enfrentou dificuldades na viabilidade de suas ações políticas e administrativas, por insuficiência de recursos. Cerca de 62% do total de profissionais estavam inadimplentes, período em que foram implementadas ações para reduzir esse índice. O resultado foi positivo, a categoria de assistentes sociais se comprometeu com o fortalecimento do Conselho e, em 2012, o índice reduziu para 41%. Atualmente, encontra-se em 32%.

As comissões do CRESS pautam suas ações nas deliberações do Encontro Nacional CFESS-CRESS e o desafio, no cenário estrutural do capital, é de fortalecer a categoria de assistentes sociais. Para contribuir na manutenção e na participação efetiva do CRESS, estudantes também são imprescindíveis no processo de construção de um Conselho fortalecido e atuante.

## AGENDA

Nos dias 12, 13, 19 e 26 de junho, a Comissão de Ética do CRESS-GO realizará o Curso *Ética para Agentes Multiplicadores/as* (projeto *Ética em Movimento*). Podem participar as comissões e representações da categoria profissional, núcleos, grupos de trabalho, gestão do CRESS e Enesso! Saiba mais em [www.cressgoias.org.br](http://www.cressgoias.org.br)

# A ação pedagógica da Fiscalização

*Para o CRESS-MT, ultrapassar a dimensão legal e formal é expressão do amadurecimento da reflexão sobre o Serviço Social e dos novos desafios e demandas da entidade*

A gestão *Avançar na Luta* (2014–2017), do CRESS 20ª Região/Mato Grosso, compreende que é necessário ultrapassar a dimensão legal e formal como expressão do amadurecimento da reflexão sobre o Serviço Social e dos novos desafios e demandas para o Regional. Tal compreensão tem implicado em ampliar os espaços de debate no âmbito da atividade profissional, política e social, buscando fertilizar as potencialidades e possibilidades de promover cada vez mais discussões voltadas para a materialização do projeto ético-político da profissão.

No dia 15 de maio, histórico e de luta para nossa categoria profissional, acreditamos que, para *Avançar na Luta*, inúmeras ações têm sido realizadas no dia a dia do CRESS-MT, seja no âmbito político e técnico, em que temos o desafio de estruturar as comissões, sendo estas o lócus de debates e proposições de todas as demandas à categoria, buscando, por meio deste espaço, as possibilidades de trazer profissionais com seus acúmulos de conhecimento para dentro do conselho; seja também produzindo conhecimento qualificado, politizado, orientando, denunciando, articulando politicamente, estimulando estudos e pesquisas no exercício profissional.

## Comissão de Fiscalização

A Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) tem como objetivo acompanhar e formular estratégias para o desenvolvimento e implementação da Política Nacional de Fiscaliza-

ção do Conjunto CFESS-CRESS. Desse modo, enfatiza e normatiza ações de orientação e fiscalização do exercício profissional, na perspectiva de valorizar, defender, garantir e ampliar os espaços de atuação profissional, buscando garantir condições adequadas de trabalho e qualidade de atendimento e defesa dos direitos da população.

A gestão do CRESS-MT apresentou, em suas metas de trabalho, a intensificação da fiscalização no estado, por meio do relatório de fiscalização realizada no Mato Grosso no ano de 2014, além das ações previstas para esse fim em 2015.

## Comissão de Construção

No desafio de ver a nova sede do CRESS-MT sendo edificada, a Comissão de Construção tem realizado diversas ações para garanti-la. O endereço será no Centro Político Administrativo da capital Mato Grosso, Cuiabá.

A diretoria do Conselho sabe do grande desafio que isso representa, mas também tem a consciência de que esse sonho reflete os anseios das últimas duas gestões anteriores, bem como desta gestão e do coletivo de profissionais, que merece ser recebido num espaço amplo, acolhedor, com melhores possibilidades de in-

fraestrutura e que garanta a prestação de serviços com mais qualidade e que esteja compatível e sintonizado com as expectativas de toda a demanda de assistentes sociais do Mato Grosso.

A Comissão de Construção conta com toda a categoria e comunica que outros informes serão prestados na próxima assembleia da categoria. As reuniões têm ocorrido quinzenalmente, sempre às segundas-feiras no final da tarde, de modo itinerante. O CRESS-MT conta com a contribuição e participação de assistentes sociais do estado.

Dessa forma, novos e grandiosos desafios estão postos e vão contribuir para a superação das fragilidades, sejam elas políticas, administrativas e técnicas, uma vez que o CRESS-MT tem intensificado ações, ao longo da gestão, na busca incessante pela garantia de direitos profissionais, políticos e sociais pautados pelo compromisso com a direção ético-política do projeto profissional. A diretoria do Conselho Regional convida a categoria a seguir nessa direção, vislumbrando a construção de um Serviço Social mato-grossense de luta, propositivo e em constante diálogo com a categoria profissional!





# O trabalho de assistentes sociais com os povos indígenas

*CRESS-MS destaca a questão indígena na agenda do Serviço Social brasileiro*

**M**ato Grosso do Sul possui 77.025 indígenas (dados do IBGE, 2010) pertencentes aos povos Guarani-Nhandeva, Guarani-Kaiowa, Terena, Guató, Kinikinau, Kadiwéu, Ofayé, Kamba e Atycum, cada povo com sua língua materna e seus usos e costumes próprios. Desse total, 61.158 vivem em terras indígenas e 15.867 fora delas, em periferias de cidades, acampamentos e fundos de fazendas.

A questão indígena é uma das expressões da questão social, na qual a atuação da categoria de assistentes sociais também se legitima, em especial pelo fato de que os povos indígenas vivem histórica e recorrente negação dos seus direitos sociais.

Em Mato Grosso do Sul, assim como no Brasil, os povos indígenas sofrem com a violência do latifúndio, que os expulsaram de suas terras, e com o descaso do poder público, que, em nosso estado, é dominado por setores ligados ao agronegócio.

A partir desta abordagem, o CRESS 21ª Região/Mato Grosso do Sul entrevistou a assistente social Ruth Alves Gomes, que atua na Coordenação Regional de Ponta Porã, da Fundação Nacional do Índio (Funai), como Indigenista Especializada, há quatro anos.

**CRESS-MS >> Por que o povo indígena está relacionado ao projeto ético-político da profissão de assistente social?**

**Ruth >>** Consideramos que o valor ético central de nossa categoria é o compromisso com a liberdade, que pressupõe autonomia e emancipação e, na defesa dos direitos humanos, primamos por uma opção clara de estarmos próximos, junto a quem é mais vulnerável, sem discriminação de classe, etnia e gênero. Assim, reconhecer as vulnerabilidades e as potencialidades dos povos indígenas é reconhecer sua prioridade na agenda das políticas públicas e da profissão, é avançar na construção de uma categoria diretamente vinculada aos princípios de justiça social e respeito à diversidade.

**CRESS-MS >> Quais os desafios da profissão em atuar na questão indígena?**

**Ruth >>** A avaliação que faço considera a realidade em que vivo, ou seja, o trabalho com indígenas Guarani-Kaiowa e Guarani-Nhandeva, povos organizados em 41 comunida-

des indígenas rurais (terras indígenas, reservas indígenas e acampamento de retomada de seus territórios tradicionais) ou vivendo em áreas urbanas, sendo aproximadamente 33 mil indivíduos em 13 municípios de fronteiras com o Paraguai. O principal desafio da profissão é interpretar criticamente o contexto e enxergar a população indígena como usuária dos serviços de atendimento, assegurando o acesso aos direitos humanos, civis, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais. É compreender que indígena não é alienígena, é cidadão, capaz, sujeito de direitos. Trabalhar com indígenas é um aprendizado constante, uma oportunidade ímpar de vivenciar uma outra visão do mundo e das forças que o sustentam. É também conhecer a discriminação em sua face mais dura, porque, das experiências que tenho em quase 10 anos de formada, ainda não encontrei povo mais resistente e mais merecedor que o grande povo Guarani-Kaiowa.

**CRESS-MS >> Mesmo com os desafios constantes, houve avanços em se tratando dos assuntos indígenas?**

**Ruth >>** Sem dúvida, houve avanços, mas, se comparado a outras categorias e à urgência dessa agenda, temos muito ainda a avançar. Em julho de 2012, foi realizada a primeira discussão específica sobre a temática, por meio do 1º Colóquio Serviço Social e Povos Indígenas, realizado pelo CRESS-MS e, como deliberação dessa discussão, foi realizado o 1º Seminário Serviço Social e Povos Indígenas. Nosso Conselho Profissional tem sido fundamental na defesa dessa pauta, promovendo, em outubro do ano passado, o 2º Colóquio Serviço Social e Povos Indígenas, e inserindo a discussão, junto com o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (Neppi), na 40ª Semana de Serviço Social da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), coordenada pela professora Estela Márcia Rondina Scandola. Outro avanço importante é a presença de estudantes indígenas no curso de Serviço Social e de profissionais com graduação concluída.

# Em tempos de luta: um ano de gestão

*CRESS-AL destaca conquistas coletivas da categoria no estado*

**S**erviço Social se faz na luta cotidiana. A cada ano, temos o desafio da construção de um mundo mais justo, em um tempo de amplas desigualdades, generalização da violência, miséria e regressão de direitos, tudo isso imposto pela sociedade de classes em seu contexto capitalista, que já caminha rumo à barbárie. “Tempos Desiguais”, que nos convidam ao adensamento das lutas que possam nos garantir a construção de uma sociedade emancipada humanamente. A amplitude dessa luta diz respeito à construção de estratégias coletivas junto à classe trabalhadora; devemos dizer não a toda e qualquer forma de violação dos direitos humanos, das diversas formas de opressões e de exploração. Destacamos conquistas coletivas nestes primeiros meses de nova gestão, e que só aconteceram por conta de sua participação. É fundamental reafirmamos o compromisso coletivo para fortalecermos ainda mais a categoria profissional nas diversas lutas políticas, nos espaços coletivos de ampliação de direitos, nas comissões temáticas do CRESS 16ª Região/Alagoas, no envolvimento junto aos movimentos sociais e nas diversas formas de luta por um mundo mais justo e humano.

Entre os muitos desafios assumidos pela atual gestão, destacamos algumas ações e realizações:

- » Continuidade das ações da Cofi, com atividades de fiscalização e orientação do exercício profissional; acompanhamento e realização de oficinas para elaboração dos planos de ação em diversos espaços sócio-ocupacionais; realização de reunião ampliada com profissionais da Atenção Básica de Saúde nos municípios de Maceió e Arapiraca; realização de *Colóquio sobre os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde*; reunião ampliada com assistentes sociais da Região do Agreste. Em 2015, daremos continuidade às reuniões regionalizadas com profissionais das demais macrorregiões do Estado. Ainda, realizaremos reuniões ampliadas com assistentes sociais da política de assistência social, do campo sociojurídico, incluindo o sistema prisional, e da política de atenção às pessoas com deficiência;
- » Reestruturação do Grupo de Trabalho (GT) sobre Gestão do Trabalho e implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Trabalhadores e Trabalhadoras do CRESS-AL, com recomposição salarial dos funcionários e funcionárias do setor administrativo, e das agentes fiscais;
- » Eventos realizados: palestra *Política de Saúde e Serviço Social*, com participação da professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e integrante da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, Maria Inês Bravo, preparatória à *Plenária Nacional de Saúde do Conjunto CFESS-CRESS*, realizada em outubro de 2014, em parceria com a Faculdade de Serviço Social da Ufal; *Seminário sobre Supervisão de Estágio em Serviço Social*, em dezembro de 2014; *Seminário Serviço Social, Ética e Comunicação*, em abril de 2015.



>> Debate de grupo do 23º Encontro Descentralizado da Região Nordeste, sediado pelo CRESS-AL

## Resgate: veja como foi nosso Encontro Descentralizado

Nos dias 15, 16 e 17 de agosto de 2014, o CRESS 16ª Região/Alagoas sediou o 23º Encontro Descentralizado do Conjunto CFESS-CRESS, Região Nordeste. O evento reuniu as representações do CFESS e dos Regionais do Nordeste. Participaram do evento conselheiras e conselheiros dos CRESS e agentes fiscais. Também estiveram presentes assistentes sociais de base, cuja eleição ocorreu em assembleias realizadas nos respectivos regionais.

No primeiro dia, houve o 2º Fórum das Comissões de Orientação e Fiscalização da Região Nordeste (Cofi/Nordeste). No mesmo dia, tivemos a apresentação de duas mesas temáticas; uma com a participação do professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Fernan-

do Antônio de Mesquita de Medeiros, que tratou dos significados e legados históricos da Ditadura Militar para a região Nordeste. A mesa contou também com o depoimento do professor da Ufal José Nascimento França, que relatou sua experiência de resistência e luta no período do regime ditatorial, além de homenagem de reconhecimento a assistentes sociais que lutaram contra a Ditadura no Nordeste.

A segunda mesa teve como tema As lutas sociais e os desafios para o Serviço Social brasileiro, com contribuição das professoras da Ufal Valéria Correia e Rosa Prêdes. No dia seguinte, iniciou-se o debate dos eixos temáticos que compõem a agenda política da categoria de assistentes sociais.

## AGENDA

### Segundo semestre de 2015

>> 1º Seminário Estadual sobre Seguridade Social (15 anos da Carta de Maceió) em outubro

>> 3º Seminário Serviço Social na 7ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas (parceria com a Editora Cortez, em novembro)



>> CRESS-BA participa da "Mudança do Garcia", tradicional bloco do carnaval de Salvador, que traz críticas e reivindicações políticas e sociais

# Quem vem com tudo não cansa!

## CRESS-BA reafirma luta contra o extermínio da juventude negra no estado

“Se o presente é de luta, o futuro nos pertence!” disse Che Guevara. O Serviço Social tem uma relação estreita com a construção das políticas sociais no Brasil e isso nos impõe a tomada de posições e uma leitura crítica da realidade em que atuamos e intervimos. Vivemos uma retomada do conservadorismo, em especial no parlamento, a desregulamentação de direitos, a fragmentação da organização dos trabalhadores e trabalhadoras, dentre outros. Muitas são as lutas a serem travadas nesse cenário.

É com esse espírito crítico e positivo que o CRESS 5ª Região/Bahia iniciou as suas atividades em 2015, convocando a categoria para a reflexão e debate sobre a importância da defesa das políticas públicas. A entidade compreende que é necessário que estas políticas sejam 100% públicas e estatais, para que seja possível garantir direitos básicos e avançar na diminuição das desigualdades sociais.

Apesar disso, o governo da Bahia tem caminhado na contramão das necessidades públicas. Somando-se, por exemplo, o anúncio de reordenamento administrativo das secretarias de Estado da Bahia, ainda em 2014 - que resultaram na fusão da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Sedes) com a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) -, ações desastrosas da Polícia Militar estadual, que contribuem para o extermínio da juventude negra e periférica, e o aprofundamento da privatização da saúde do estado; tudo isso contribui para

que a Bahia esteja no 5º lugar entre os estados mais desiguais do país, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São dados que reafirmam a necessidade do fortalecimento da luta por parte dos movimentos sociais e da sociedade civil.

O CRESS-BA, desde maio de 2014, vem retomando algumas ações que

**Convocamos a categoria para reflexão e debate sobre a importância da defesa das políticas públicas, porque compreendemos que é necessário que estas sejam 100% públicas e estatais, para que seja possível garantir direitos básicos e avançar na diminuição das desigualdades sociais**

visam a ampliar espaços de debate e deliberações da categoria no estado, a exemplo da rearticulação das comissões temáticas (Saúde, Assistência, Gênero e Raça/etnia, Sociojurídica, Formação Profissional, Educação, Interiorização) e regimentais (Cofi, Ética, Inscrição e Administrativo-financeira), realizando reuniões periódicas. Além disso, a participação em eventos do Conjunto CFESS-CRESS com integrantes da dire-

toria e da base; participação em Conferência Municipal e Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora; realização de três assembleias gerais da categoria, sendo duas ordinárias e uma extraordinária; realização de duas oficinas da Abepss Itinerante com as unidades de formação acadêmica do estado, garantindo a discussão da formação profissional; articulação com movimentos sociais e entidades da categoria, como a Abepss e a Enesso; participação de reuniões de Conselhos de Direitos (saúde, assistência e idoso); realização de debates e articulações para a construção das nossas seccionais; realizamos palestras para profissionais que acabaram de se inscrever; realização de três edições do curso *Ética para Agentes Multiplicadores/as*, do projeto *Ética em Movimento*.

A nossa entidade esteve nas ruas contra o genocídio do povo negro e contra a mercantilização do corpo da mulher negra na Rede Globo e nas atividades de protesto durante o carnaval de rua em Salvador, no bloco *Mudança do Garcia*, importante espaço de atuação dos movimentos sociais durante as festividades de rua, com o tema *Política pública não se privatiza!*

Enquanto entidade representativa da categoria de assistentes sociais da Bahia, o CRESS-BA se preocupa em manter atualizados todos os repasses de suas ações e atividades de que participa, bem como os repasses financeiros por meio do seu sítio eletrônico, da sua página no Facebook e pelo boletim eletrônico de notícias.

>> Diretoria do GRESS se reúne para discutir estratégias e ações da entidade



# GRESS busca interiorização

## Gestão 'Só a luta faz valer' assume a tarefa de espriar as ações da entidade

O Ceará conta com mais de oito milhões e 400 mil habitantes, estado denominado "Terra da luz", por libertar escravos e escravas em 1884. Sua história apresenta traços de luta e resistência. Fortaleza, terra natal de D. Helder Câmara, defensor dos direitos humanos durante o período da Ditadura Militar, tem quase dois milhões e 500 mil habitantes, é uma cidade desigual, apartada e "aperreada" com os altos indicadores de violência. Na capital cearense, se convive com "a nata do lixo e o luxo da aldeia". Nesse cenário, o GRESS 3ª Região/Ceará situa-se no tradicional bairro Benfica. Em nossa vizinhança, estão os vários campi da Universidade Federal do Ceará (UFC), o Instituto Federal do Ceará (IFCE) e a praça da Gentilândia, palco para rodas de capoeira, caminhadas, encontros de movimentos sociais e, contraditoriamente, de episódios de extrema violência.

A gestão *Só a luta faz valer!* (2014-2017) tem buscado efetivar, como uma das políticas prioritárias da gestão, a interiorização de suas ações, no que diz respeito aos processos de fiscalização, formação continuada, entrega de carteiras e demais atividades desenvolvidas pelo Conselho. Somos assistentes sociais de diversos espaços sócio-ocupacionais e regiões do Ceará, formando um grupo unido pelo compromisso de dar continuidade ao caráter crítico do Serviço Social, por compreender que o GRESS fortalecido, com a participação de profissionais da categoria, é fundamental e imprescindível para a consolidação do projeto ético-político profissional.

### Cofi intensifica fiscalização no interior do estado

A Comissão de Orientação e Fiscalização

Profissional (Cofi) tem fortalecido a fiscalização do exercício profissional. Norteada pela Política Nacional de Fiscalização, na dimensão normativa, político-pedagógica e afirmativa dos princípios do Código de Ética Profissional, as atividades da Cofi foram direcionadas à consolidação das visitas de rotina em Fortaleza, na região metropolitana e no interior do Ceará.

Foram fiscalizados locais onde atuam assistentes sociais nos municípios de Barbalha, Baturité, Fortaleza, Fortim, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Quixadá, Quixeramobim, São Gonçalo do Amarante e Senador Pompeu. Composta por dois conselheiros, três assistentes sociais fiscais e uma profissional de base, a comissão realizou, no total, 167 visitas, abordando 224 profissionais.

### Grupo de Trabalho discute qualidade da formação em Serviço Social

O GT de Trabalho e Formação Profissional tem fortalecido a interiorização das ações, por meio da realização da oficina da Abeps Itinerante, que teve como foco a discussão acerca do estágio supervisionado, no sentido de pensar coletivamente as dificuldades e refletir sobre formas de superação das mesmas. Foram realizados dois encontros: um em Fortaleza e outro em Iguatu, contando com a participação de instituições dos municípios de Sobral, Aracati, Juazeiro do Norte, Icó e região metropolitana de Fortaleza.

Destacamos ainda o lançamento da cartilha *Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social - volume 2*, realizado em dezembro de 2014, com a participação da professora Erlênia Sobral, conselheira do CFESS.

Durante o evento, foram discutidas as consequências da ampliação dos cursos de formação, sobretudo na modalidade à distância. Tal ampliação tem criado um conjunto de demandas, que dizem respeito à busca pela manutenção da qualidade da formação e da garantia do cumprimento de um de nossos princípios: a qualidade dos serviços prestados à população.

### Por uma ação profissional que contribua com uma educação emancipadora

O GT de Educação do GRESS-CE retomou as atividades em agosto de 2014, fruto de dois movimentos concomitantes: a proposta, da gestão, de revitalizar esses espaços de luta e construção de uma prática consonante com o Código de Ética Profissional, assim como o anseio da categoria em ocupar esses espaços, para pautar as questões pertinentes ao cotidiano profissional. Como estratégia de fortalecimento, os encontros do GT acontecem mensalmente, contando com um momento de aprofundamento teórico e outro de discussão das lutas e de encaminhamentos.

O GT é composto por profissionais da política de educação e por estudantes que se aproximam da temática. Os participantes são de várias regiões do estado e atuam, principalmente, na educação superior. Hoje, o GT tem identificado como o grande desafio a desvinculação da prática do Serviço Social da simples concessão e acompanhamento dos auxílios do Programa Nacional de Assistência Estudantil, vislumbrando uma prática que contribua com uma educação realmente emancipadora para uma nova forma de sociabilidade.



>> Seminários são fundamentais para fortalecimento da profissão no Estado



# CRESS-MA também quer interiorizar ações no estado

O CRESS 2ª Região/Maranhão iniciou, ao longo do segundo semestre de 2014, um processo para fortalecer ainda mais a instituição e contribuir com a profissão de Serviço Social no estado. Para isso, realizou e apoiou eventos, bem como rearticulou o Núcleo de Assistentes Sociais de Imperatriz, município a 630 km de São Luís.

As atividades que nortearam o Conselho até o momento buscaram interiorizar as ações pelo Maranhão. Durante a rearticulação do Núcleo de Assistentes Sociais em Imperatriz, por exemplo, em evento que ocorreu no dia 26 de agosto de 2014 com profissionais da região, a presidente do CRESS-MA, Ana Margarida Barbosa, a conselheira Marlene Torreão e as agentes fiscais Lucilene Guimarães e Edivana Siqueira também orientaram a categoria a respeito do exercício profissional e realizaram ações de fiscalização em uma região que é estratégica pelo número de profissionais, empregos gerados e municípios vizinhos.

O CRESS-MA também realizou eventos como o seminário ocorrido em outubro, em São Luís, que abordou a realidade profissional do Serviço Social na área da saúde. Com as inscrições

gratuitas, o evento contou com palestras e mesas-redondas. Maurílio Castro de Matos, presidente do CFESS, participou do evento como palestrante e destacou que as realidades apresentadas no Maranhão, por meio da pesquisa de perfil dos/as assistentes sociais da saúde, a partir do trabalho pedagógico da fiscalização, realizado em 2013 e 2014, eram semelhantes às dos outros estados brasileiros. “A realidade do Maranhão me parece comum com o Brasil inteiro. Assistentes sociais têm enfrentado impactos da privatização da política pública, pois existe uma intensificação no trabalho com o aumento de demandas e enxugamento no quadro de profissionais”, disse o conselheiro.

Em dezembro de 2014, ainda voltado para as ações de interiorização, o CRESS-MA realizou, em Pinheiro, município a 339 km de São Luís, o primeiro Seminário Regionalizado de Serviço Social. Na ocasião, foram discutidas as interiorizações de ações, as atribuições e competências profissionais e os resultados dos trabalhos de orientação e fiscalização realizados em 2014.

De acordo com Ana Margarida, presidente do CRESS-MA, as ações de interiorização tem papel fundamental para o fortalecimento do conselho e da profissão. “As atividades mostram que, além da função precípua de iden-

tificar irregularidades, corrigir falhas e fazer com que o exercício profissional seja ético e exatamente como determina o ordenamento jurídico, o Conselho possui também um importante papel pedagógico, no sentido de levar conhecimento e potencializar aprendizados. Por meio desse diálogo, assistentes sociais podem identificar e definir estratégias para corrigir os eventuais erros”, ressalta a conselheira.

Durante as ações, dezenas de profissionais já participaram dos eventos realizados, confirmando que a estratégia de interiorização deve fortalecer ainda mais o Conselho e a profissão no estado. Por isso, as atividades são fundamentais para aproximar o Conselho da categoria profissional, atuando para o estabelecimento de vínculos e para a manutenção desse importante relacionamento.

Vale ressaltar ainda que, além dos cursos, palestras e seminários realizados até o momento, o CRESS-MA, em parceria com o CFESS, executou o projeto *Trilhando Caminhos*, que teve como objetivo a interiorização das ações de orientação e fiscalização, visando ao fortalecimento do projeto ético-político profissional e à garantia das condições éticas e técnicas do exercício profissional. O projeto foi financiado com recursos do fundo de apoio dos CRESS, CFESS e Seccionais. Ao longo do projeto, foram visitados 53 municípios.

*Seminários, cursos e a rearticulação do Núcleo de Imperatriz marcam as ações do Conselho desde o ano passado*

# Na Paraíba, a luta é por direitos e valorização profissional

*GRESS-PB ressalta as ações pela implementação das 30 horas para a categoria*

A gestão do CRESS 13ª Região/Paraíba, *Seguir na Luta, Forte e Independente*, completa seu primeiro ano com conquistas históricas para a categoria. O trabalho da gestão vem se dando no sentido de fortalecer as ações do Conselho em defesa do exercício e da valorização profissional na Paraíba, frente ao cenário de intensificação da precarização das relações/condições de trabalho e ao acirramento das contradições incidentes no cotidiano da categoria de assistentes sociais.

Na direção da agenda mais ampla de lutas do Conjunto CFESS-CRESS, e com as particularidades de nossa região, nesse primeiro ano, priorizamos ações em torno da orientação e fiscalização do exercício profissional, a exemplo da garantia da jornada de trabalho de 30h semanais (Lei nº 12.317/2010), ainda negligenciada por diversas instituições no estado; das mobilizações pela instituição do piso salarial (Projeto de Lei nº 5.278/2009); do monitoramento de concursos públicos em vigência, bem como da abertura de novos concursos; do envolvimento nas diferentes instâncias de luta, em defesa dos direitos da classe trabalhadora; da articulação com as entidades da categoria, movimentos sociais e populares. Ainda chamamos a atenção para os esforços empreendidos a fim de ampliar tais ações no interior do estado.

Tais ações, contudo, se deparam com inúmeros desafios, tanto de caráter sociopolítico, dado o cenário mais abrangente de ofensiva capitalista, quanto de caráter especificamente administrativo, de infraestrutura, de recursos humanos, dentre outros. Na tentativa de dar enfrentamento a estes últimos (que de nenhum modo se desarticulam dos primeiros), projetos importantes foram encampados pela gestão e agora já podem ser comemorados por toda a categoria. Vejamos a seguir.

## Aquisição de nova sede

O Conselho tem a intenção de realizar um antigo desejo da categoria na Paraíba: adquirir uma nova sede para o CRESS. A possível compra de uma nova sede, além de reduzir as despesas fixas com aluguel, condomínio e IPTU, poderá garantir conforto e estrutura adequada ao funcionamento do CRESS-PB. O Conselho está se organizando financeiramente e será fundamental uma gestão positiva dos recursos advindos das anuidades, associada às campanhas de combate da inadimplência e a uma política de planejamento e contenção de gastos.

## Concurso público, um marco histórico no CRESS-PB

A atual gestão do regional, comprometida com a defesa dos direitos da classe trabalhadora e do piso nacional de assistentes sociais, além de fazer valer a legislação relacionada ao concurso público e às autarquias públicas, deu os primeiros passos para realização de concurso público para o Conselho. No início de 2015, realizou processo licitatório para contratação da empresa que ficará responsável pela execução do certame. O lançamento do edital, as provas e a homologação do certame estão previstos para o segundo semestre de 2015. Dentre outros cargos, haverá vagas para agente fiscal, assessoria contábil e de comunicação. A realização do concurso será fundamental para

melhorar e acelerar o atendimento no CRESS-PB, além de fortalecer as ações de valorização do exercício profissional no estado.

## Dia do/a Assistente Social

No dia 15 de maio (às 9h), Dia do/a Assistente Social, na Câmara de Vereadores de João Pessoa, será realizada uma Sessão Especial Conjunta entre Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa. Após a Sessão Especial, sairemos em ato público pela aprovação do PL nº 5278/2009, nomeação de pessoas aprovadas em concursos em diversas instituições na Paraíba e também por condições éticas e técnicas para o trabalho de assistentes sociais. Vamos, todos e todas, construir a manhã desejada.





>> Assembleia Geral Ordinária do CRESS-PE: participação da base é fundamental!

## Tecendo a manhã

Gestão do CRESS-PE aponta os eixos prioritários

A atual gestão do CRESS 4ª Região/Pernambuco, denominada *Tecendo a Manhã*, vem desenvolvendo um importante trabalho, visando ao fortalecimento da categoria. A direção vem atuando com vários desafios e alcançando muitas conquistas. Entre elas, o fortalecimento das ações precípuas de ética e fiscalização, o diálogo democrático com a sociedade e suas lutas coletivas e a valorização da categoria profissional.

No resumo do primeiro ano de trabalho, várias ações foram efetivadas. Cabe destacar a importante participação do grupo de conselheiros e conselheiras, que vem trabalhando para o fortalecimento do Conselho e de toda a categoria.

### Fiscalizando

O trabalho da Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) do CRESS-PE foi realizado de forma regular, com a diretoria, visando ao fortalecimento do direcionamento ético e político do Conselho, sedimentado na perspectiva crítica. Contou ainda com a participação direta das agentes fiscais, enquanto Serviço de Orientação e Fiscalização (Sofi).

Entre os eventos, destaca-se a participação no Fórum das Cofi, realizado em Maceió no dia 15 de agosto de 2014. O Sofi realizou, em maio, uma ação pedagógica com a equipe de Serviço Social da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), instituição responsável pela execução de medidas socioeducativas em meio fechado em Pernambuco. O tema *As Dimensões do Exercício Profissional de Assistentes Sociais no Sistema Socioeducativo* teve o objetivo de discutir e trabalhar as questões identificadas nas visitas de fiscalização realizadas em 2011 e 2014, a partir das dimensões do exercício profissional, e também

de realizar uma oficina sobre elaboração de laudos e pareceres.

Dando continuidade ao debate sobre estágio supervisionado e ética profissional foi fomentada a criação da Comissão de Formação Profissional, que teve início efetivo em março de 2015. Além disso, foram viabilizadas ações de ampliação do CRESS enquanto espaço de formação profissional, pelo viés do Estágio Supervisionado.

Nesse contexto, também a Cofi estabeleceu interlocuções com projetos de extensão das universidades públicas, na área de saúde, por meio do projeto de pesquisa *A Contrarreforma na Política de Saúde e o Serviço Social: Expressões e Tendências em Pernambuco*, da professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Raquel Soares. E, por fim, estabeleceu contato com as unidades de formação acadêmica e participou de aulas sobre ética profissional, levando informações sobre o CRESS e suas atribuições e competências.

### Ética

Nesta gestão, a atuação da Comissão Permanente de Ética não se resume à análise de denúncias éticas, voltando-se também à discussão dos direitos humanos.

Nesse primeiro ano, a comissão, em parceria com o Sofi, realizou uma edição do curso *Ética para Agentes Multiplicadores/as*, do projeto *Ética em Movimento*, voltado a assistentes sociais da Funase, para aprofundar a discussão sobre os direitos humanos da juventude pobre e negra, considerando que, historicamente, esses sujeitos têm seus direitos violados, conforme aponta relatório elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2011.

Para 2015, a perspectiva é de realização de nova edição do curso, voltada para a diretoria e para assistentes sociais de base

que compõem as comissões temáticas do CRESS e representam o conselho em espaços de controle social, ou, ainda, que poderão integrar comissões de instrução.

### Visibilidade

As ações desenvolvidas no âmbito da Comissão e da Assessoria de Comunicação têm buscado fortalecer os canais e ferramentas atualmente utilizados para dar visibilidade às lutas sociais e manter a categoria profissional informada, bem como ampliar a participação da base e facilitar o seu contato com o Conselho.

Dentre os instrumentos utilizados, destacam-se o boletim informativo semanal, em sua 452ª edição; o site oficial, onde estão disponíveis as principais notícias, publicações e legislação de referência, o acesso a serviços, contatos, entre outras informações.

O CRESS-PE também atua ativamente nas redes sociais, a partir do Facebook e Twitter. Esses canais têm sido utilizados estrategicamente para a realização de campanhas de mobilização e divulgação de lutas relevantes, a exemplo da Nota Pública de Apoio ao Movimento *Ocupe Estelita*, cujas ações de defesa do direito à cidade envolveram a participação de diversos segmentos da sociedade, em nível internacional.

### Eventos

E com o objetivo de socializar conhecimentos e produções em áreas de atuação da categoria, o CRESS realizou duas edições do projeto *Café no CRESS*, buscando contribuir para o fortalecimento da formação profissional. Os encontros ocorrem regularmente na sede do CRESS, destacando-se como um convite para o debate e a troca de experiências de temas da atualidade. Em 2014, ocorreram dois encontros, um sobre direitos humanos e pessoa com deficiência, e outro sobre os direitos sociais das pessoas idosas.

# Pela defesa da categoria, pelos direitos da classe trabalhadora!

GRESS-PI destaca as ações para nomeação de assistentes sociais

Arte: Mariano Vale/Acervo CFESS

Para além das atividades cotidianas, CRESS 22ª Região/Piauí tem buscado encampar lutas que articulem o Serviço Social e a sociedade em defesa da valorização do ser humano, em sua dimensão genérico-social, tanto do ponto de vista da formação, como do exercício profissional de qualidade.

É bandeira de luta do Conjunto CFESS-CRESS, mas também tem se expressado de forma contundente no CRESS-PI, a luta em defesa de concursos públicos para assistentes sociais. Essa ação tem fortalecido uma articulação tanto em busca da realização de concursos, bem como apoiando e travando trincheiras para a nomeação de profissionais que lograram aprovação em concursos do estado, mas que ainda não conseguiram nomeação. Essa realidade nos levou a instituir a Comissão de Apoio a Assistentes Sociais Aprovados em Concursos Públicos, a qual tem acompanhado a luta de assistentes sociais para a nomeação nos concursos do Tribunal de Justiça do Piauí, Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí, Ministério Público Estadual, Secretaria de Saúde do Estado do Piauí e da Universidade Federal do Piauí.

Em busca do fortalecimento da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, o CRESS-PI, neste primeiro semestre de 2015, firmou parceria com a Faculdade Ademar Rosado (FAR) para ofertar uma turma

de pós-graduação lato sensu em Serviço Social: Direitos Sociais e Políticas Sociais, para assistentes sociais de todo o Estado.

Visando, ainda, ao fortalecimento da Política de Educação Permanente, buscamos sempre realizar espaços de formação permanente para profissionais de Serviço Social do Piauí, traçando embates e diálogos que possibilitem uma apreensão crítica da realidade social, e que possam conduzir um exercício profissional condizente com as demandas sociais postas nesta realidade. Por isso, no dia 25 de abril de 2015, demos início às atividades alusivas ao Dia do/a Assistente Social no Piauí, com a realização do minicurso *A dimensão técnico-operativa do Serviço Social sob uma abordagem crítico-dialética*, que foi conduzido pela professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Yolanda Guerra.

**CONCURSO PÚBLICO PARA ASSISTENTES SOCIAIS**

**POR QUE DEFENDEMOS?**

- ✓ Garante acesso amplo às vagas no serviço público;
- ✓ Realiza prova de conhecimento igual para todos as/os candidatas/os, impedindo o clientelismo;
- ✓ Os/as assistentes sociais têm estabilidade e direitos trabalhistas garantidos;
- ✓ Fortalece a autonomia profissional e a defesa de melhores condições de trabalho para a categoria;
- ✓ Os/as empregadores/as, seja no âmbito público ou privado, têm profissionais qualificados/as e com competência para planejar e executar serviços sociais;
- ✓ A população tem garantia de políticas sociais, possibilitando acesso a direitos como saúde, educação, previdência social, assistência social, trabalho etc.

O Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) fiscaliza a realização de concursos públicos. Caso você identifique alguma irregularidade, informe-se junto ao CRESS de sua região!

**Concurso público para assistentes sociais.** Conquista de direitos para os/as profissionais, para as instituições empregadoras e para a população usuária do serviço social.

>> Campanha lançada em 2012 pelo CFESS em defesa de concursos públicos para a categoria

A luta por concursos públicos para a categoria tem fortalecido uma articulação tanto em busca da realização de concursos, bem como apoiando e travando trincheiras para a nomeação de profissionais que lograram aprovação em concursos do estado. Essa realidade nos levou a instituir a Comissão de Apoio a Assistentes Sociais Aprovados em Concursos Públicos



>>Conselheiras participam do ato contra o PL 4330, da Terceirização, em Natal

## CRESS-RN: compor as comissões e fortalecer a entidade

### A construção de um Conselho forte depende da participação da base

O presente é de luta e a gestão do Conselho Regional de Serviço Social 14ª Região/Rio Grande do Norte, intitulada *Se o presente é de luta, o futuro nos pertence*, sabe disso. Depois de uma eleição sem quórum no estado, a chapa elegeu-se em pleito extraordinário, ocorrido em novembro, e tomou posse no dia 3 de dezembro de 2014, para assumir os novos desafios impostos.

Se, no país, o contexto é de barbárização da vida, acirramento da questão social e intolerância à diversidade humana, na categoria é preciso mobilização para enfrentar a crise. É com essa motivação que a gestão 2014-2017 do CRESS-RN planejou suas ações para dirigir a entidade.

“Precisamos construir um conselho forte e isso só é possível com a participação da base. Por isso, entra-

mos aqui com o importante objetivo de reavivar as comissões e estimular assistentes sociais a comporem esses grupos de trabalho tão importantes para a vida administrativa e política da entidade”, destacou a presidente do regional, Annamaria Araújo.

A gestão deu continuidade ao trabalho das comissões regimentais e já iniciou o trabalho de chamamento da categoria à participação. Para ressaltar o convite, a diretoria vai promover, no mês de julho de 2015, a Mostra das Comissões, evento que vai apresentar os grupos a profissionais de base que tenham interesse em participar mais ativamente do Conselho.

“Somente conhecendo o seu Conselho, o/a assistente social se identifica e se engaja nas atividades e até na defesa do projeto ético-político. Nossa luta tem como horizonte a superação

da sociedade do capital, reafirmando nossa concepção histórico-crítica”, completou Annamaria.

Para a diretoria do CRESS-RN, também é compromisso potencializar a fiscalização como instrumento de defesa do exercício profissional e das condições éticas e técnicas de trabalho. Para isso, é importante continuar com a luta pela efetivação das 30 horas semanais, por concurso público e formação gratuita, presencial e com condições de permanência.

#### Seccional

A coordenação da seccional Mossoró do CRESS-RN, gestão *É uma só voz. É você, somos nós*, foi eleita ainda em maio de 2014, na eleição ordinária. Com um ano de atuação, a coordenadora, Kleylenda Linhares, destaca o trabalho junto a assistentes sociais da Universidade Federal do Semiárido (Ufersa), pela efetivação das 30 horas semanais de trabalho nos campi de Mossoró, Angicos, Caraubas e Pau dos Ferros.

“Buscamos fortalecer o apoio às atividades e às lutas dos/as assistentes sociais em seus diferentes espaços de atuação”, afirmou Kleylenda.

Apesar de eleitas em períodos diferentes, a atual diretoria do CRESS-RN e a da Seccional estão em sintonia na luta e, por isso, se propõem a realizar um trabalho de defesa da profissão nos seus diversos espaços ocupacionais, conscientes da importância do Conjunto CFESS-CRESS para a organização política da categoria.



>> Posse da Gestão “Se o presente é de luta, o futuro nos pertence”, em dezembro de 2014

# Ousar e avançar na luta!

*Fortalecimento da Política Nacional de Fiscalização como prioridade da Gestão do CRESS-SE*

A gestão do CRESS 18ª Região/Sergipe, *Ousar, Lutar e Avançar*, foi eleita para o triênio 2014-2017. Desde maio do ano passado, quando assumiu a direção do CRESS, os conselheiros e as conselheiras vêm buscando potencializar as ações implantadas na gestão anterior, a exemplo do fortalecimento da Comissão de Ética e Direitos Humanos e da Comissão de Políticas Públicas, com a construção e coordenação do Fórum Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social (FetSuas), o estreitamento de articulações com os movimentos sociais, sindicais e com a política de qualificação e valorização de trabalhadores e trabalhadoras do Regional.

Elegeu-se como prioridade da gestão o fortalecimento da Política Nacional de Orientação e Fiscalização, intensificando as visitas nos diversos municípios, e por setores das políticas sociais, a exemplo da política de assistência social, de saúde e o sociojurídico. Tais ações têm o objetivo de discutir com a categoria questões referentes ao fazer profissional, às condições de trabalho e salário e construir estratégias coletivas, para que o CRESS-SE faça incidência política perante gestores e gestoras, com o intuito de que as condições éticas e técnicas de trabalho sejam asseguradas à categoria. Essas discussões estão sendo propostas e potencializadas nas assembleias do CRESS-SE, espaço de reflexão, discussão e deliberação da categoria, sendo que a gestão *Ousar, lutar e Avançar* realizou duas assembleias no ano de 2014.

Diante da iminência do aniversário de 80 anos do Serviço Social no Brasil e dos 60 anos do Serviço Social em



Foto: Acervo/CRESS-SE

>> Lançamento da campanha *Na luta pelo Fortalecimento do Serviço Social*

Sergipe, bem como dos desafios postos para a categoria frente ao avanço do capitalismo monopolista na sua fase do capital financeiro e seus impactos negativos para a classe trabalhadora, o CRESS-SE lançou a campanha *Na luta pelo fortalecimento do Serviço Social*, composta inicialmente

**Diante da iminência do aniversário de 80 anos do Serviço Social no Brasil e dos 60 anos do Serviço Social em Sergipe, bem como dos desafios postos para a categoria frente ao avanço do capitalismo monopolista na sua fase do capital financeiro e seus impactos negativos para a classe trabalhadora, o CRESS-SE lançou a campanha *Na luta pelo fortalecimento do Serviço Social***

de algumas peças que serão utilizadas para dar maior visibilidade às lutas da categoria em Sergipe.

Além disso, a gestão também avalia que deve ser dada maior atenção à própria organização administrativa e financeira do regional, no intuito de prestar um serviço de maior qualidade à categoria e a usuários e usuárias do estado. Assim, deu-se continuidade às ações de melhoria da estrutura física, como a mudança para outro prédio e compra de mobiliário, como também o início das discussões para estruturação de novos procedimentos administrativos.

Na avaliação da presidente do CRESS-SE, Itanamara Guedes, são muitos os desafios postos para a categoria diante da fase ofensiva do capital, das forças políticas conservadoras pautando a redução dos direitos sociais, civis e políticos, do (des)financiamento e da fragmentação das políticas sociais, “que nos afetam diretamente na condição de trabalhadoras e trabalhadores assalariados, e o nosso exercício profissional tentando reduzir apenas a um fazer tecnicista; por isso, são necessárias a organização e a mobilização da categoria”.



>> À esquerda, diretoria do CRESS-AC recebe o CFESS na Estrada. Abaixo, a ex-diretora do Conselho Federal Alcinélia Moreira



# Acre inaugura o mais novo CRESS!

*CFESS, CRESS 23ª região e CRESS 26ª região unidos na consolidação de um sonho*

**T**eve um tempo em que ter um Conselho Regional de Serviço Social no Acre era utópico. Hoje, somos sujeitos dessa história e isso não é mais inatingível, porém virão outros desafios.

Esse momento que vivenciamos é fruto de uma longa caminhada. Ele representa a vitória de várias pessoas desta categoria profissional, que migraram ao Acre em busca de inserção profissional, e que iniciaram a trajetória do Serviço Social nesse estado.

Recordemos colegas que implantaram a Seccional do CRESS Amazonas no Acre. Nessa época, Acre e Rondônia faziam parte do Conselho do Amazonas.

Com a criação do CRESS-RO/AC e o aumento do quantitativo de profissionais de Serviço Social, abriu-se a possibilidade de uma Seccional no Acre e, assim, mais uma vitória!

A ampliação de campos de trabalho possibilitou a visão da emancipação. Para se chegar a esse objetivo, as batalhas foram gigantes e, diante delas, surgiram pessoas que abraçaram a luta e se doaram em prol da categoria.

Nessa caminhada, a nossa representante na gestão anterior do CFESS, assistente social Alcinélia Moreira, teve papel preponderante (tinha que ser uma nordestina, o que nos faz lembrar esse povo guerreiro, que tanto contribuiu e contribui com a formação

e desenvolvimento do Acre). A colega Alcinélia nos delega a missão de continuarmos na luta!

Agradecemos à gestão do CFESS *Tempo de luta e resistência* (2011-2014), destacando a presidente Sâmia Rodrigues, por sua sabedoria e visão ampliada. Agradecemos também à diretoria do CRESS 23ª região e, em especial as duas últimas diretorias da Seccional Acre, que se desdobraram na busca por essa autonomia; à diretoria provisória do CRESS 26ª Região, pela dedicação nessa transição; à categoria de assistentes sociais, que uniu forças e, num processo democrático, optou por essa autonomia.

“A chegada do CRESS-AC é o começo de uma história de luta do Serviço Social no nosso estado!”, conforme palavras da assistente social Alcinélia Moreira.

Nesse recomeço, temos várias batalhas, que serão embasadas pelo nosso projeto ético-político, respeitando-se nossas especificidades. Portanto, a integração será nosso maior desafio!

 **visite o novo cress!**

Rua Coronel José Galdino, 596, Ed. São Jorge, Sala 598 - Bairro Bosque.  
Rio Branco - AC >> CEP: 69909-760 >> Fone/fax (68) 3224-8093  
E-mail: cressacre@gmail.com

>> **Conselheiras do GRESS-AM se reúnem com representantes do Conselho Federal no projeto CFESS na Estrada**



# GRESS-AM: reforço na integração, fiscalização e articulação política

*Conselho faz balanço positivo do primeiro ano da nova gestão*

Realizado o primeiro ano na administração do GRESS 15ª Região/ Amazonas-Roraima, a gestão *Ajuri da Mudança* (2014-2017) já faz valer o nome e apresenta resultados efetivos para cerca de sete mil assistentes sociais com inscrição ativa.

Uma nova forma de se conduzirem as ações foi implantada desde a posse, buscando aproximar a direção do GRESS da categoria de assistentes sociais, promovendo uma maior quantidade de eventos, que servem para melhor capacitar representantes da categoria.

Um exemplo dessa conduta é o acolhimento a assistentes sociais que fazem o primeiro registro no Conselho. A ação é realizada pela Comissão de Registro e Inscrição (CRI), que, além de entregar as carteiras profissionais, promove também um bate-papo com as pessoas presentes, no intuito de explicar o funcionamento do GRESS.

Segundo a coordenadora da CRI, Simara Santos, a apresentação é feita para que novos e novas assistentes sociais se engajem nas atividades desenvolvidas pelo Conselho. “Muitas tiram carteira profissional, mas não conhecem nosso trabalho. Todo nosso esforço é voluntário, então, é importante que as pessoas se unam a nós”, disse a conselheira.

A iniciativa foi elogiada pela assistente social Regiane Bispo. “Outros

conselhos não fazem essa acolhida. É importante para a integração e para sabermos em que atividades nosso dinheiro está sendo empregado”, avalia.

A mudança de atitude também foi sentida no reforço à fiscalização da atividade profissional, uma das propostas principais da gestão. De acordo com dados da Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi), coordenada pela vice-presidente, Jane Nagaoka, entre maio e dezembro de 2014, foram realizadas fiscalizações em 112 instituições, sendo que, em 53 delas, foram encontradas irregularidades em variados aspectos, como estágio sem supervisão, exercício ilegal, inexistência das condições que garantam a inviolabilidade do material técnico, desvio de função, inexistência de condição de atendimento sigiloso, entre outras.

A Cofi conseguiu, ainda, encerrar 19 processos, de 68 deixados por gestões anteriores, devido à inexistência do fator motivador na ocasião da fiscalização, uma vez que foram feitas adequações nas instituições. Os demais processos vigoram e estão sendo acompanhados (49 processos antigos). Além dos processos dos anos anteriores, foram abertos 30 processos em 2014, seja de rotina ou de averiguação de irregularidades (denúncia), resultado das visitas de fiscalização.

O reforço da articulação política

junto às autoridades, em parceria com o Sindicato dos Assistentes Sociais do Amazonas (Saseam), também já se refletiu em resultados. Agora, pela primeira vez no Amazonas, a Assembleia Legislativa do Estado designou uma comissão parlamentar específica para a categoria, a Comissão de Assistência Social e Trabalho, presidida pelo assistente social e deputado estadual Sabá Reis. A comissão tem como questão prioritária a defesa de um piso salarial para assistentes sociais no Amazonas. A presidente do GRESS 15ª Região/ Amazonas, Maria Nilce Ferreira, ressaltou a importância da instalação da comissão. “Este é um momento ímpar para nossa categoria. Não podemos ter apenas o trabalho técnico de bastidores, precisamos também do poder político para buscar nossas conquistas”, ressaltou.

Além dos dados supracitados, este primeiro ano de gestão teve ainda inserção de representantes do GRESS nos conselhos de direito nas áreas de saúde, assistência e criança e adolescente, além de maior articulação com membros de base para composição das comissões e desenvolvimento de estratégias, junto à Comissão de Inadimplência, para regularização de pagamentos de anuidades. Com isso, a meta é reduzir a taxa de inadimplência para garantir a saúde financeira do Conselho.

Foto: Acervo/Seccional Roraima



>> Atual diretoria da Seccional

# Seccional Roraima: socializando conhecimento para romper com o pragmatismo

*Estado tem 468 profissionais e muitos desafios para a Seccional, vinculada ao CRESS Amazonas*



Arte: Rafael Nekemaj/CESS

A nova gestão da Seccional Roraima (que integra o CRESS 15ª Região/Amazonas e Roraima) para o mandato 2014-2017, intitulada *Socializar Conhecimento para Romper com o Pragmatismo*, iniciou as atividades em 15 de maio de 2014, data da realização da Semana do/a Assistente Social de Roraima no ano passado.

Durante este primeiro ano, muitos foram os desafios postos para esta diretoria, que passou a acompanhar as atividades da Seccional e a implementar as propostas que foram apresentadas durante o pleito eleitoral, cumprindo com os compromissos junto à categoria e estabelecendo uma agenda de trabalho que tivesse efetividade e viesse ao encontro dos anseios de assistentes sociais e estudantes do estado de Roraima.

Passou-se a desenvolver uma série de atividades de natureza administrativa, organização da Seccional, mas também de cumprimento da agenda do Conjunto CFESS-CRESS, inclusive com o processo de formação da nova diretoria, para a implementação das ações neste mandato. Também foram lançados novos desafios, como o *Paçoca Teórica*, as reuniões com o grupo que atua no controle social, por meio da participação de profissionais da base que compõem os conselhos de direitos; criação da Comissão de Comunicação, com a divulgação das atividades da Seccional; organização da biblioteca; visitas e reuniões no CRESS/AM-RR e um empenho de toda a diretoria, para uma aproximação com a categoria em Roraima.

Nesse sentido, é com o quantitativo de 468 profissionais com inscrição ativa no CRESS 15ª Região, por meio das comissões, que as ações têm ganhado força e potencializado a efetivação do projeto ético-político da categoria de assistentes sociais roraimenses.

Foto: Acervo/CRESS-AP



>> Atual diretoria quer dar continuidade ao movimento que já estava em curso no regional, intitulado *Fortalecendo a profissão*

# Por uma categoria forte e unida!

## CRESS-AP faz uma avaliação positiva do seu primeiro ano de gestão

Conselheiros e conselheiras da atual gestão do CRESS 24ª Região/Amapá, quando se aproximaram para a composição da chapa que concorreria à direção da entidade no triênio 2014-2017, se uniram com um único propósito: reunir forças para dar continuidade ao movimento que já estava em curso nesse regional, intitulado *fortalecendo a profissão*. Com esse lema, procurou-se motivar e propor uma direção a ser seguida pela categoria profissional, sempre buscando preservar a nossa autonomia e independência, por meio da mediação com os princípios basilares contidos no Código de Ética do/a Assistente Social, na Lei nº 8.662/93 e nos demais instrumentos regulamentadores da profissão. Ou seja, o propósito é fortalecer a profissão, fazendo a defesa intransigente dos interesses da categoria, pautado no seu projeto ético-político, considerado o patrimônio imaterial da profissão.

É consenso, dentro da categoria, que essa construção está sendo feita com muita dedicação e compromisso, e que nada se faz sem a radical democracia, afinal, essa tem sido a maior e a mais acertada escolha feita por assistentes sociais do Brasil no curso da história. Passado o processo eleitoral e consolidada a nomeação da nova diretoria do Conselho, o trabalho continuou dando concretude às propostas apresentadas à categoria. Assim, o CRESS-AP tem colocado em prática as ações que tornem a categoria ativa diante dos seus direitos e deveres, e comprometida com as lutas da sociedade, sempre vinculadas aos movimentos sociais que defendem a democracia e os direitos humanos.

As entidades da categoria, responsáveis pela dinâmica construção do projeto ético-político, têm se posicionado con-

sensualmente no sentido de que atuar politicamente em defesa do fortalecimento de uma profissão favorável aos interesses da classe trabalhadora nunca foi e jamais será uma tarefa fácil, considerando que o exercício profissional está imerso em uma sociedade de classes e, conseqüentemente, excludente. Apesar de encontrar pela frente as muralhas resultantes dessa sociedade, o CRESS-AP vivencia um momento favorável para a implementação das suas ações, o que se dá, principalmente, por contar com um grupo de profissionais disponíveis para

**O CRESS-AP tem colocado em prática as ações que tornem a categoria ativa diante dos seus direitos e deveres, e comprometida com as lutas da sociedade, sempre vinculadas aos movimentos sociais que defendem a democracia e os direitos humanos.**

colocar “a mão na massa”. É nessa conjuntura que estamos, aos poucos, “fortalecendo a profissão”.

### O que estamos fazendo

Além das atividades relacionadas à fiscalização profissional, o CRESS-AP está participando ativamente de diversos conselhos, fóruns e comitês estaduais e municipais, relacionados às políticas públicas, com destaque aos de assistência social, saúde, direitos da criança e do adolescente, mulher e educação.

Na área de fiscalização e orientação, o CRESS-AP está efetivando a aproximação com a categoria, por meio de visitas permanentes às instituições empregadoras. A conquista de profissionais da base, para que possam integrar as atividades do Conselho, tem sido uma meta em andamento e um desafio.

O CRESS realizou, em 2014, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepps), a oficina *Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas*. A partir dessa atividade, várias ações deverão ser implementadas em 2015, com vistas a fortalecer a Política de Estágio.

### Para o segundo semestre de 2015

Queremos dar continuidade ao processo de negociações com as demais categorias profissionais, para instituir o Fórum Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social (FetSuas), além das seguintes ações:

- » Realizar o Encontro com Supervisores e Supervisoras de Estágio;
- » Dar continuidade ao acompanhamento da elaboração dos Planos Municipais e Estadual de Educação, participando dos encontros setoriais e das audiências públicas;
- » Realizar ações da Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional (Cofi) em todos os municípios do Amapá.

Os desafios não são poucos, mas, com determinação e vontade política, é possível destruir muralhas e avançar na luta. O CRESS convida todos e todas para essa construção coletiva.

# Por uma gestão democrática e transparente

*Diretoria do CRESS-PA tem realizado diversas ações para garantir a valorização profissional de assistentes sociais*

Arte: Raíane Werhema/CFESS

No mês de maio, a diretoria do CRESS 1ª Região/Pará, *Por uma Gestão Democrática e Transparente*, completa um ano. Durante o período de transição e organização, a atual gestão tem procurado superar as dificuldades e realizado diversas ações para garantir a valorização profissional de assistentes sociais, em defesa do projeto ético-político da profissão, que tem a liberdade como valor central e em favor da democracia, pela equidade e justiça social.

A gestão do CRESS-PA representa a necessidade de mudança que a categoria profissional deseja. Assim, é necessário mostrar a ela algumas das atividades desenvolvidas pelo Conselho e o que pensa para o próximo período.

Os primeiros cinco meses de gestão foram marcados por diversos desafios, inclusive o de reformular e reorganizar os serviços administrativos do Conselho, ainda em fase de execução, devido aos inúmeros problemas encontrados, como os problemas de ordem administrativo-financeira, carência de recursos humanos, de ordem estrutural, e o sucateamento do prédio-sede. O Conselho teve dificuldades em regular o funcionamento de suas atividades, inclusive as de fiscalização fora da região metropolitana de Belém, capital do estado.

Nas ações políticas, a gestão procurou estar em defesa do trabalho e da formação profissional de qualidade, contra a precarização do trabalho e do ensino superior, em parceria com o CFESS, com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e com a Executiva

Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), a fim de garantir a formação de profissionais de forma qualificada, para, assim, contribuir com o fortalecimento do projeto ético-político.

O CRESS-PA esteve presente a dezenas de eventos, reuniões, seminários e palestras, contribuindo com os debates e socializando informações. Dentre essas atividades: reunião do projeto *CFESS na Estrada* em Belém; participação na reunião das assessorias jurídicas em Brasília (DF); reunião, em parceria com a Comissão de Educação, com vereadores e vereadoras na Câmara Municipal, sobre a inserção de assistentes sociais na política de educação em Belém; reunião com políticos em favor do piso salarial.

Também foi realizada a reativação da Comissão Permanente de Ética e Direitos Humanos, com a participação de conselheiros e conselheiras e de assistentes sociais da base; reativação das comissões temáticas com êxito, já que hoje cinco destas estão funcionando (Educação, Saúde, Assistência Social, Formação Profissional, Sociojurídica) e recebimento e análise de denúncias de usuários e usuárias e de assistentes sociais em todo o estado, sobre questões que envolvem o Serviço Social.

## Desafios

Para o próximo período, o CRESS-PA visa a intensificar as fiscalizações no estado; continuar na luta em defesa da implementação da Lei das 30 horas (Lei nº 12.317/2010), do piso salarial para assistentes sociais, em parceria com o CFESS, e da inserção do Serviço Social na Educação; na luta contra a precarização do trabalho; pelo diálogo com assistentes sociais na defesa da ampliação à participação da categoria nas atividades do CRESS; realização de cursos, seminários, palestras, de acordo com as demandas existentes e fortalecimento à participação nos grupos de trabalho; participação na organização da Conferência Estadual de Assistência Social; organização, com o CFESS, do Seminário Nacional sobre Regiões Fronteiriças.

O CRESS-PA também tem o objetivo de dar respostas às demandas que a categoria traz ao regional, bem como de estreitar os laços com assistentes sociais dos municípios fora da capital do estado e região metropolitana.

 **participe!**

Para fortalecer o CRESS-PA, a participação de assistentes sociais é necessária. A categoria pode acompanhar mais informações no site do Conselho

[www.cress-pa.org.br](http://www.cress-pa.org.br)  
e no perfil do Facebook  
[www.facebook.com/servicosocialpa](http://www.facebook.com/servicosocialpa)

# Do Rio Guaporé ao Rio Madeira

*Nova diretoria do CRESS-RO é composta por profissionais de todo o estado*

A atual diretoria do CRESS 23ª Região/Rondônia tomou posse no dia 15 de maio de 2014, na sede do Conselho. Com o lema *Juntos Somos Mais*, a diretoria, com representatividade de profissionais de Vilhena, Ji-Paraná e Porto Velho, constitui um marco para a categoria, por reunir pessoas de todas as regiões do estado, que é composto por 52 municípios na região amazônica.

O lema da gestão atual tem por objetivo reunir toda a categoria, para lutar e traçar novos rumos para a profissão no estado. Destacam-se algumas das propostas principais:

- » Fortalecer e ampliar o trabalho pedagógico de orientação e de fiscalização do exercício profissional;
- » Trabalhar em instituições de natureza pública e/ou privada na capital e nos municípios do interior do estado;
- » Melhorar e fortalecer a articulação com demais conselhos profissionais;
- » Promover os Seminários de Orientação e Fiscalização de Supervisão de Estágio com profissionais responsáveis pela supervisão acadêmica e de campo nas universidades e/ou faculdades que ofereçam o ensino de Serviço Social;
- » Implementação de uma seccional do CRESS no interior do estado de Rondônia, para atender diretamente a profissionais e às suas demandas locais.

Muitas foram as conquistas de quase um ano de trabalho. A presença de conselheiros e conselheiras no interior do estado tem sido intensificada e participativa. Palestras de orientação e fiscalização, encontros e debates, por parte das instituições de ensino que têm o curso de graduação em Serviço Social, têm acontecido frequentemente.

Em setembro de 2014, o projeto *CFESS na Estrada* desembarcou na capital rondoniense. O presidente do

CFESS, Maurílio Matos, ressaltou que o intuito da visita era estreitar as relações políticas e auxiliar o CRESS no que julgar necessário, especialmente em um momento de novas gestões.

O CRESS-RO tem se reunido com o deputado estadual Ribamar Araujo, para debater questões pertinentes à categoria, entre elas o cumprimento e a aplicação das 30 horas semanais sem redução salarial para assistentes sociais, conforme estabelecido pela Lei nº 12.317/2010.

Concernente à lei federal das 30 horas, o deputado se prontificou a participar de uma reunião, ainda a ser marcada, com o governador do estado, Confúcio Moura (PMDB), juntamente com a diretoria do CRESS e integrantes da base, para tratar da matéria.

O presidente do CRESS-RO, Carlos Henrique de Sousa, e a tesoureira, Orquídea Monteiro, reiteram a urgência da aplicação e cumprimento da lei federal pelo estado, haja vista que sempre foi uma reivindicação da categoria em Rondônia.

Também relataram que está ocorrendo a abertura de novos concursos públicos estaduais e municipais,

como no caso da Defensoria Pública e de algumas prefeituras, que vêm exigindo, no edital, o cumprimento de 40 horas para profissionais de Serviço Social. “Mesmo que o Conselho encaminhe ofícios e/ou faça reuniões de orientação, esclarecendo que a lei é federal e deve ser cumprida, as instituições do Poder Executivo (tanto estadual, quanto municipais) se negam a cumprir, explicando que a ‘referida lei federal não pode interferir na jornada de trabalho do servidor público, por ser regulada por lei própria”, afirma o conselheiro Carlos Henrique de Sousa.

Cabe a profissionais, estudantes e ao CRESS-RO resistir e lutar contra essa violação de direito, clara de uma investida neoliberal, fundamentada numa reestruturação produtiva de sucateamento do aparelho estatal, afetando a classe trabalhadora, os serviços públicos e consequentemente a população usuária.



Fotos: Acervo CRESS-TO



# CRESS-TO: 30 horas, movimento estudantil, SUS e mais!

*Confira as principais ações*

>> Acima a mobilização pelas 30 horas e reunião sobre a Semana do Serviço Social no estado



A importância do movimento estudantil na formação profissional em Serviço Social e o Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas foram temas de dois eventos que movimentaram a área de formação em outubro e novembro de 2014, respectivamente, na Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Palmas.

Os eventos foram organizados pelo CRESS 25ª Região/Tocantins, por meio da Comissão de Formação. A oficina sobre estágio teve como parceira a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss).

## Movimento estudantil

Mais de 120 estudantes debateram sobre o tema central do evento e compartilharam estratégias para reativar o movimento estudantil no estado, constituindo o primeiro passo de mobilização para o Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social, programado para acontecer este ano em Tocantins.

## Estágio supervisionado

A vice-presidente da Regional Norte da Abepss, Nádia Fialho, expôs *Os desafios da Política Nacional de Estágio e a construção dos Fóruns de Supervisão de Estágio* e a professora da UFT Raquel Sabará abordou o Fórum Estadual. Os temas foram suscitados com debates e grupos de trabalho.

## Alerta: privatização do SUS

Representantes da sociedade civil definiram estratégias para mobilização e criação do Fórum Estadual con-

tra a Privatização do Sistema Único de Saúde (SUS) no Tocantins, no mês de dezembro de 2014.

Durante a reunião, foi apresentada a Frente Nacional, o Fórum Tocantinese, as bandeiras de luta do movimento e o histórico de privatização no estado.

O evento foi organizado pelo CRESS-TO, por meio da Comissão de Seguridade Social. Participaram: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Tocantins, a Secretaria Estadual de Saúde e a Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social.

## Participação em eventos

O CRESS-TO possui representação no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Palmas (capital do estado) e auxiliou na organização da Conferência Municipal da Pessoa Idosa, que adotou como temática em 2014: *Protagonismo e empoderamento da pessoa idosa*.

Na área da saúde, a assistente social Alana Barbosa Rodrigues representou o Conselho Regional na *Plenária Nacional do Conjunto CFESS-CRESS sobre a Política de Saúde e Serviço Social*, que aconteceu no mês de outubro, em Brasília (DF).

No campo da formação, a vice-presidente do CRESS-TO, Maria Helena Cariaga, dialogou com estudantes na 4ª Semana Acadêmica na Unitins, sobre o projeto ético-político do Serviço Social.

O CRESS esteve presente também, por intermédio da assistente social

Janaina Costa, a um colóquio sobre o panorama de violência sexual contra crianças e adolescentes, em Palmas.

## Fiscalização

O CRESS-TO, durante o ano de 2014, concluiu um ciclo de visitas de orientação e fiscalização em todos os 139 municípios do estado. Desse total, foi identificado que 14 municípios não cumpriam a carga horária de 30 horas semanais, após a entrada em vigor da Lei nº 12.317/2010 (Lei das 30 horas). O Conselho fiscalizou o exercício profissional de 383 assistentes sociais: 199 na região central, 109 na região norte e 75 na região sul.

## Busca pela efetivação das 30h

A entidade participou de reuniões com profissionais, sindicatos, secretários e secretárias, assessores, assessoras e políticos, para discutir propostas de projetos de lei para alterar a legislação estadual, no âmbito das 30h.

Não obtendo êxito, após apreciação do Pleno, foi proposta e protocolada uma ação que tramita no Tribunal de Justiça do Estado.

O posicionamento do governo estadual é de que assistentes sociais do serviço público do estado não possuem o direito à carga horária de 30 horas. Já o Ministério Público Estadual concedeu parecer favorável à concessão da jornada reduzida pelo estado à categoria.

No entanto, não foi concedida a liminar almejada no julgamento. O CRESS-TO recorreu da decisão e permanecerá lutando até o momento em que as 30h sejam de fato estabelecidas.

# Estágio, Socioeducação e Classificação de Risco: grupos de trabalho em destaque!

*Gestão também mantém ação para intensificar atuação do Conselho nas unidades prisionais do estado*

No primeiro ano de mandato, diante de demandas recebidas da categoria, a gestão do CRESS 17ª Região/Espírito Santo *Não vou me adaptar!* (2014-2017) criou três grupos de trabalho (GT) para atuar em temas importantes para a profissão: estágio, socioeducação e classificação de risco.

O trabalho nos grupos está a todo vapor e os primeiros resultados dessas ações serão conhecidos em 2015: cada GT vai compilar os dados e produzir um relatório final. Os documentos serão encaminhados ao Conselho Pleno do CRESS-ES, para que sejam definidas as estratégias de atuação, de intervenção e de divulgação.

Além disso, a gestão deu continuidade ao importante processo de pesquisa, iniciado na gestão anterior, que vai subsidiar a intensificação das intervenções em unidades prisionais.

Confira mais sobre os objetivos de cada GT e da pesquisa.

## GT de Classificação de Risco

Visa a mapear, debater e entender o papel do Serviço Social na classificação de risco, em especial pelo Protocolo de Manchester, contribuindo acerca dessa temática para a categoria.

O GT é resultado das demandas que chegaram à Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) nos últimos anos. Durante o Encontro Descentralizado da Região Sudeste (agosto de 2014), os CRESS do ES e do RJ encaminharam proposta ao Encontro Nacional CFESS-CRESS, com o objetivo de debater a inserção de assistentes sociais nessa área, mas ela não foi aprovada. Apesar disso, o CRESS-ES a incluiu no seu planejamento de três anos de gestão.



Arte: Marolyn/CRESS-ES

## GT Estágio

De acordo com a Cofi, aproximadamente 25% das demandas encaminhadas à comissão em 2014 têm relação com o processo de supervisão de estágio.

A partir desse número, a Cofi propôs o GT com os objetivos de discutir as atribuições do CRESS no processo de supervisão de estágio; delimitar o âmbito da atuação legal do CRESS no processo de supervisão; apontar e caracterizar os principais equívocos ocorridos no processo, à luz das normativas profissionais; avaliar as estratégias políticas do Conselho, bem como procedimentos utilizados atualmente pela Cofi, e sugerir estratégias de enfrentamento às demandas postas, mensurando as de caráter político e as de cunho fiscalizatório.

## GT Socioeducação

Criado a partir de demandas profissionais do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases), o GT tem por objetivo intensificar as ações do CRESS-ES no âmbito da socioeducação, contribuindo para a intervenção qualificada do Serviço Social, e fortalecer as ações em defesa das condições éticas e técnicas do exercício profissional.

O GT é composto por conselheiros e conselheiras, juntamente com assistentes sociais de base da Comissão de Ética e Direitos Humanos e da Cofi. Entre as ações previstas, estão visitas às unidades socioeducativas, debates e rodas de conversas sobre o tema.

## Intervenção em unidades prisionais

Entre os anos de 2012 e 2013, o CRESS-ES visitou 33 das 36 unidades prisionais identificadas junto à Secretaria de Justiça do ES.

A pesquisa está em fase final de tabulação dos dados. A previsão é de que o resultado seja apresentado ainda no primeiro semestre de 2015.

Os objetivos desse trabalho são: intensificar as ações do Conselho nas unidades prisionais do estado, a fim de subsidiar intervenções da Cofi e de demais comissões do CRESS-ES; identificar as demandas do fazer profissional; verificar as condições éticas e técnicas de trabalho da categoria, com base na Resolução CFESS nº 493/2006; verificar o cumprimento da Portaria do Ministério da Saúde nº 2048/2009, em especial do artigo 473; orientar assistentes sociais quanto às normativas da profissão, com ênfase nos aspectos éticos do exercício profissional.

# Desafios em um estado de dimensões continentais

*CRESS-MG ressalta atuação da gestão para mais de 21 mil profissionais*



**A**lém de ser o estado com mais municípios do país - 853 - e o quarto em tamanho, Minas Gerais tem o segundo maior contingente de assistentes sociais do Brasil, perdendo apenas para São Paulo. Desde 2010, o número de inscritos e inscritas no CRESS 6ª Região/Minas Gerais aumentou em 72% e hoje chega a 21.500 profissionais.

Somadas, estas características resultam em grandes desafios para a consolidação da imagem do Serviço Social no estado, tendo em vista o contexto de precarização no campo da formação e do trabalho profissional.

Nesse sentido, a gestão *Seguindo na Luta* (2014-2017), dando continuidade às ações da gestão anterior, tem atuado de maneira incansável para a defesa de melhores condições de trabalho para a categoria, com foco na implementação da Lei das 30 horas (Lei nº 12.317/2010).

No início de 2015, o CRESS-MG encaminhou uma carta ao governador do estado, Fernando Pimentel (PT), solicitando que a carga horária de assistentes sociais do serviço público estadual fosse reduzida para 30 horas semanais, sem reajuste salarial, como prevê a Lei das 30 horas.

Além de ações pontuais como esta, o Conselho mantém em seu site o Observatório das 30h, com a atualização de instituições públicas e privadas que já aderiram à norma em Minas Gerais. Com a recente criação da Comissão Estadual das 30 horas, estão previstos o

agendamento de audiências junto a gestores e gestoras, câmaras municipais e a intensificação do debate com sindicatos e demais atores para fortalecer essa luta.

## Direção crítica

A gestão do CRESS-MG assume a direção estratégica e crítica do Serviço Social em Minas Gerais, procurando ampliar e fortalecer os espaços de debate e de formação continuada com assistentes sociais do estado e do país.

Desde 2012, o projeto *Formação Continuada* traz à sede e às Seccionais Juiz de Fora, Montes Claros e Uberlândia profissionais de renome no cenário do Serviço Social, para a realização de minicursos. Já foram promovidos mais de 30 minicursos e centenas de assistentes sociais puderam participar.

Entre os temas mais populares, estão *Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos*, ministrado por Rosa Lúcia Prêdes, e *Instrumentalidade do Serviço Social*, abordado pela professora Yolanda Guerra.

## Socializando

Com o intuito de se aproximar da categoria e da sociedade em geral, o Conselho tem investido na área da comunicação, procurando dar visibilidade ao projeto societário defendido pelo Serviço Social e às lutas sociais dos mais diversos segmentos.

Atualmente, o site do Conselho ([www.cress-mg.org.br](http://www.cress-mg.org.br)) é atualizado

diariamente com conteúdos do Conjunto CFESS-CRESS e convites para atividades promovidas por outras entidades. Por mês, cerca de 20 mil pessoas visitam a página. No Facebook, o CRESS-MG também tem atualizações diárias e já conta com quase nove mil curtidas.

Além disso, assistentes sociais com inscrição ativa e em dia com a anuidade recebem semestralmente a Revista e o Boletim *Conexão Geraes*. O primeiro, com artigos de teor formativo, e o segundo, com matérias sobre o exercício profissional e as atividades realizadas pelo Conselho.

## Função precípua

Em 2014, o Setor de Orientação e Fiscalização visitou 1.411 profissionais em 253 municípios. As ações de fiscalização do Conselho, realizadas por meio de visitas educativo-preventivas junto à categoria profissional, são um importante espaço de reflexão sobre a intervenção de assistentes sociais e de conhecimento e apreensão das normas que regem o exercício profissional.

Presente em um estado tão grande e heterogêneo, um dos maiores desafios do CRESS-MG é a interiorização de suas ações para os 853 municípios mineiros. Mas, por meio das suas três Seccionais e dos 30 Núcleos de Assistentes Sociais (NAS), este Conselho tem empregado esforços para se aproximar da categoria em todas as regiões do estado.

# Quem não se organiza não conquista

*GRESS-RJ ressalta a importância da organização da classe trabalhadora na luta contra o capitalismo, destacando a sindicalização da categoria como uma frente de ação*



Arte: Carlos D./GRESS-RJ

**V**ocê faz parte de algum sindicato? Se não faz, quais são os motivos? “Muitas vezes ficamos de fora dos sindicatos, apenas criticando-os, sem participar. Se você não está presente nesses espaços, não há como interferir em seus rumos. Também é fundamental a participação sempre crítica nas ações do seu sindicato, para fortalecer a pressão política em defesa dos trabalhadores”, afirma Moara Zanetti, conselheira do CRESS 7ª Região/Rio de Janeiro e base do Sindicato dos Petroleiros (SindPetro).

O CRESS-RJ ressalta a importância da organização da classe trabalhadora na luta contra o capitalismo, por meio de diversas frentes. A sindicalização é uma delas. Diante do quadro de agravamento da precarização das relações de trabalho, o baixo índice de sindicalização da nossa categoria chama a atenção. De acordo com pesquisa realizada pelo CFESS, em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) em 2005, a categoria possui média de organização em sindicatos inferior à média geral dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Em mais de 15 anos de militância junto ao Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Rio de Janeiro (SindJustiça), a conselheira do CRESS-RJ Márcia Canena afirma que é preciso sair da “produção do medo”. De um lado, o setor privado e o discurso da demissão e do desemprego. Do outro, o setor público com ameaças de remoção/transfêrencia de postos de traba-

lho. Além dos assédios sofridos dentro do ambiente de trabalho.

“Esses argumentos acabam sendo muito utilizados por assistentes sociais para justificar a não adesão a sindicatos. Não dá apenas para orientar os usuários a se reunirem e se organizarem. A luta sindical deve ser mais um dos lugares de ação política da categoria”, aponta Márcia, alertando ainda que assistentes sociais não devem confundir o Serviço Social com movimentos sociais, partidos políticos e/ou entidades representativas.

Por outro lado, percebe-se que ainda há grande confusão sobre o que é atribuição do CRESS e o que é dos sindicatos. O Conselho recebe frequentemente inúmeras reclamações sobre baixos salários, carga horária e condições de trabalho, o que, historicamente, são atribuições sindicais.

O CRESS é um espaço de organização da categoria e o centro de sua atuação é a defesa da ética profissional. “O CRESS é responsável por orientar e fiscalizar o exercício profissional de assistentes sociais, com base nas normativas, legislações e na concepção de Serviço Social que construímos nas últimas décadas. É nossa função lidar com questões relativas às competências e atribuições profissionais. Mas são os sindicatos que vão atuar sobre questões trabalhistas. Por exemplo: campanhas de pisos salariais, carga horária, condições de trabalho, planos de cargos e salários”, explica Márcia.

“O Conjunto CFESS-CRESS busca estar articulado com espaços mais amplos de debates e de mobilizações, que também têm impactos para o exercício profissional, como movimentos sociais, sindicatos, fóruns que estão empenhados em mudar as condições de vida mais gerais dos trabalhadores. Mas, em momento algum, pretendemos substituí-los”, destaca Moara, dando como exemplo a campanha das 30 horas para assistentes sociais.

Preocupado com essa questão, o CRESS-RJ realizou dois seminários sobre organização sindical de assistentes sociais. Os debates estão publicados na revista *Em Foco* nº 7, disponível no site.

Mas atenção: boa parcela dos sindicatos não está comprometida com as lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras e com a superação da atual sociedade. Se o sindicato que diz te representar faz parte desse grupo, questione-o, reivindique, participe e o dispute! Sindicalize-se! Lute por seus direitos, pois assistente social também é classe trabalhadora.

O CRESS-RJ está elaborando uma cartilha para diferenciar o que é atribuição do Conselho e o que é atribuição de sindicatos.

 **acesse!**

Confira estes documentos no [www.cress-rj.org.br](http://www.cress-rj.org.br)



&gt;&gt; Gestão Ampliações: das Lutas Coletivas à Emancipação

## Descentralizar para aproximar o CRESS-SP da categoria

### Gestão Ampliações faz um balanço das atividades realizadas pelo Conselho

Em maio de 2014, a gestão *Ampliações: das Lutas Coletivas à Emancipação* assumiu o CRESS 9ª Região/São Paulo e, logo na cerimônia de posse, anunciava-se um dos principais desafios de 2014: Copa do Mundo e seus impactos para a vida cotidiana. Num balanço desse cenário, o posicionamento do CRESS-SP contra os megaeventos representa apenas uma parcela do extenso conjunto de ações realizadas em 2014.

O grande destaque se dá para a ampliação da descentralização das ações, para aproximação da categoria. “Havia uma demanda, da categoria, de aproximação do CRESS-SP com as bases. Apesar do esforço que as outras gestões já estavam fazendo nesse sentido, as atividades ainda continuavam centralizadas em São Paulo. A estratégia era ir para os lugares mais distantes, onde tivesse um número maior de profissionais. Saímos no estado inteiro, realizando várias ações descentralizadas. Foi um grande salto, está sendo interessante”, explica a presidenta do Regional, Mauricléia Soares dos Santos.

A gestão do CRESS-SP deu continuidade aos Núcleos Metropolitanos de Assistência Social e de Saúde, inovou na criação do Núcleo Sociojurídico e está em processo de retomada do Núcleo sobre a Questão Urbana.

Eventos como o *Fórum de Dirigentes*, encontros com estudantes e debates com assistentes sociais na sede e nas 11 seccionais foram medidas executadas para responder às queixas de assistentes sociais. “É uma tentativa de fazer com que as discussões cheguem à categoria, e que as pessoas se apropriem de tudo que estamos refletindo coletivamente”, diz a presidenta.

Outro dado importante é a situação de assistentes sociais docentes, que demanda ações em consonância com o Plano de Lutas. Para 2015, o CRESS tem a proposta de reunir docentes e coordenações de curso de Serviço Social no estado, para problematizar a precarização da formação profissional.

Outras demandas relevantes afetam o exercício profissional no estado e, a partir das ações descentralizadas, foi possível se chegar ao quadro da Prefeitura de São Paulo, discutindo-se as atribuições profissionais e o tensionamento para realização de concurso público. Também há ações junto à Defensoria Pública do Estado e ao Hospital das Clínicas, discutindo o papel profissional de assistentes sociais.

#### Diálogos para o fortalecimento e aproximação com a categoria

Para 2015, o CRESS possui diversas frentes de ação, mas a lógica da

descentralização continua prioritária. As 11 seccionais e a Sede estão alinhadas para atingir o maior número de profissionais, na perspectiva da reflexão acerca da profissão nos mais variados espaços sócio-ocupacionais. Além disso, dada a dimensão da capital e região metropolitana, o CRESS-SP ousou na formação de seis núcleos descentralizados, sendo: Grande Oeste, Leste I e II, Alto do Tietê, Sul, Guarulhos e Osasco. Nesses espaços, ocorrem reuniões com profissionais, no levantamento de temáticas para discussão e aproximação da agenda de lutas do Conjunto CFESS-CRESS, para toda a categoria profissional. Essa estratégia também acontece nas seccionais, dado o número elevado de municípios que referenciam.

“Tem sido um espaço de troca importantíssimo para a categoria que, sobretudo, encontra-se distante do centro da capital. Nesse sentido, as reflexões dialogam com as necessidades e carregam uma potência no que se refere à organização política de assistentes sociais”, afirma a presidenta.

O ano de 2014 foi apenas um prelúdio de um projeto maior que visa à aproximação da categoria. Para finalizar, Mauricléia destaca qual a meta para os próximos anos: “a organização de trabalhadores e trabalhadoras, que se identifiquem enquanto classe. Mas isso depende de muito trabalho, de organização junto a essas pessoas, aos movimentos sociais que lutam por moradia, saúde pública, por educação pública de qualidade. Queremos isso. Queremos que isso aconteça”.

 **acesse!**

Confira detalhes dos posicionamentos do CRESS-SP sobre diversos assuntos no site [www.cress-sp.org.br](http://www.cress-sp.org.br)

# Paraná: juntos e juntas para lutar, conquistar e transformar



>> CRESS-PR em ato de mobilização pelos direitos LGBT

*Gestão tem buscado democratizar cada vez mais o Conselho e aperfeiçoar suas estruturas de base, reafirmando seu compromisso de descentralização*

A gestão atual do CRESS 11ª Região/Paraná tem buscado democratizar cada vez mais o Conselho, por meio de um projeto de continuidade das gestões anteriores. A descentralização é um compromisso reafirmado por este coletivo que, para viabilizar o processo político organizativo da categoria, vem aperfeiçoando suas estruturas de base.

Como estratégia para efetivar o processo de descentralização, o CRESS-PR conta, na sede, com: grupos de trabalho internos, que têm por atribuição democratizar a gestão do CRESS; Câmaras Temáticas, que são espaços abertos para a participação da categoria e estudantes de Serviço Social, voltadas ao aprofundamento de temas relacionados às políticas públicas e de questões referentes ao exercício profissional.

Nas demais regiões do estado, dispomos da Seccional de Londrina e de 13 Núcleos Regionais do Conselho (Nucress). A Seccional é uma instância de descentralização político-administrativa, regimental e estatutária, sendo a relação da sede do CRESS com esta instância exercida numa perspectiva horizontal, viabilizando maior participação em plenos ampliados e em instâncias de planejamento.

Os Nucress são organizações de base, constituídas por profissionais eleitos e eleitas pela categoria local

e que têm a incumbência de contribuir com o encaminhamento político-organizativo das atividades do Conselho no seu território, tendo autonomia para realização do seu planejamento.

A proposta de descentralização do CRESS-PR em todas as suas instâncias está balizada pelo projeto ético-político e vem sendo implementada, discutida e avaliada na perspectiva democrática. A atual gestão entende que as ações do Conselho devem ser construídas coletivamente, por dentro e por fora, com a categoria e entidades do campo popular e democrático.

O fortalecimento da articulação com os movimentos sociais é também resultado da política de descentralização do Conselho. Ao apoiarmos e nos inserirmos na organização dos movimentos sociais, contribuimos para a construção da democracia de base, defendendo uma nova sociedade.

O CRESS-PR, ao longo de sua história, exerce a defesa intransigente de direitos humanos, atuando junto aos movimentos sociais, como o movimento LGBT, movimento negro, movimento de mulheres, movimento da população em situação de rua, movimentos urbanos e em defesa do direito à cidade, movimentos em defesa da saúde pública, movimentos de luta pela democratização da comuni-

cação, fóruns populares, entre outras entidades que comungam do nosso projeto ético-político. Aqui, cabe-nos destacar o papel de protagonista que o CRESS-PR exerceu junto ao Comitê Popular da Copa e à Frente Mobiliza Curitiba – por um Plano Diretor democrático e participativo.

A inserção da categoria nos espaços formais de controle social (Conselhos de Políticas e de Direitos) ainda se constitui numa frente de resistência, em que o CRESS-PR contribui na articulação das organizações do campo popular e democrático, defendendo bandeiras contra-hegemônicas.

Ao CRESS, compete zelar pela observância do Código de Ética Profissional, fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão. Nesse sentido, a gestão tem adotado estratégias de ampliação das ações de fiscalização e orientação profissional, com ênfase na dimensão pedagógica.

Para além do papel regulador e fiscalizador do exercício profissional, esta gestão reafirma o compromisso expresso na carta-programa. “Estamos todos/as na contracorrente dos acontecimentos. Remamos contra a precarização do trabalho e contra as políticas privatizantes. Assumimos o compromisso com a construção de nova ordem societária, sem dominação de classe, etnia e gênero”.



## Interiorização, participação e direção crítica são as prioridades da gestão no RS



acesse!

[www.cressrs.org.br](http://www.cressrs.org.br)  
[facebook.com/CRESS10](https://facebook.com/CRESS10)  
[@cressrs](https://twitter.com/cressrs) (Twitter)

>> Entidades se reúnem para articular Planos de Ação

*Ao completar um ano, diretoria destaca seu Plano de Metas para 2015 e convida assistentes sociais do estado a participarem efetivamente do Conselho*

A gestão do CRESS 10ª Região/Rio Grande do Sul (CRESS-RS), intitulada *O CRESS somos tod@s nós!*, apresentou-se para a categoria de assistentes sociais do estado em uma perspectiva de construir coletivamente ações e estratégias, para dar conta dos desafios apresentados pela sociedade e pelo Conjunto CFESS-CRESS. Nesse sentido, assumiu importantes pautas, traduzidas no Plano de Metas para 2015.

Além de cumprir sua função precípua de regulamentação e fiscalização do exercício profissional, bem como atividades administrativo-financeiras, o CRESS busca efetivar o papel político participativo, junto aos movimentos sociais da classe trabalhadora como um todo, para a ampliação e defesa de direitos.

Entre os principais desafios assumidos, está o compromisso de descentralizar ações promovidas pelo CRESS-RS,

para possibilitar uma maior participação da categoria. O Conselho também já está desenvolvendo, neste ano, um calendário de visitas aos 30 Núcleos de Assistentes Sociais do Conselho Regional de Serviço Social (Nucess), para implementar o processo de interiorização. A primeira reunião ocorreu no dia 2 de março, no *Nucess Sem Fronteira*, em Santana do Livramento.

### Estreitar relações

Além disso, o CRESS-RS está estreitando a relação com as unidades de formação acadêmica, com as duas Seccionais em Caxias do Sul e Pelotas, com os Conselhos de Políticas Públicas e de Defesa de Direitos, ampliando sua representação nestes espaços de controle social, bem como nos fóruns, frentes e movimentos sociais da classe trabalhadora, além do fórum que reúne

conselhos e ordens de profissões regulamentadas. O Regional pretende também estar presente em espaços sócio-ocupacionais, debatendo o exercício profissional no âmbito das condições éticas e técnicas do trabalho.

Também com o objetivo de aproximar as entidades representativas da categoria, foi realizada, no dia 30 de janeiro, a primeira reunião para compartilhar o Plano de Lutas das atuais gestões do Conjunto CFESS-CRESS, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso)/Região VI e do Fórum Estadual de Supervisão do Estágio em Serviço Social. A ideia é estabelecer um espaço de articulação permanente e desenvolver ações conjuntas.

Outro espaço importante de participação são as reuniões das comissões e grupos de trabalho, que mantêm encontros mensais e preveem a realização de, no mínimo, um evento de âmbito estadual. As comissões de Formação Profissional, de Ética e Direitos Humanos e os grupos de trabalho Serviço Social na Saúde, na Educação, na Assistência Social, na Previdência e no Sociojurídico estão se reunindo. Estes encontros são espaços de educação/formação permanente, nos quais se debatem questões inerentes ao exercício profissional e se traçam estratégias para a efetivação das deliberações do Conjunto.

## Princípios da gestão *O CRESS somos tod@s nós!*

**Interiorização:** o CRESS-RS possui duas Seccionais e 30 Nucess. Nesse contexto, o princípio da interiorização parte do pressuposto de articulação da gestão com a base da categoria, para a construção de um trabalho coletivo e representativo. Interiorizar consiste em envolver o corpo profissional na defesa da formação e do exercício profissional com direção crítica, conforme disposto no projeto profissional.

**Participação:** a constituição de um novo modelo plural de sociedade apenas se dará com a ampla participação e unidade dos trabalhadores e das trabalhadoras. O

princípio da participação pressupõe uma construção coletiva e fundamentalmente democrática, em que a categoria se identifique com o processo de defesa de que o CRESS somos tod@s nós.

**Direção Crítica:** Hegemonicamente constituída pela categoria profissional, a direção crítica da profissão pressupõe vanguarda política predisposta a defender um projeto profissional que se funda na contramão de uma sociedade de classes. Esta direção crítica pauta-se ética, política e teoricamente às avessas de um projeto burguês dominante.



>> Gestão Coletivizar para seguir na Luta é composta por assistentes sociais que representam as regiões sul, norte, meio-oeste, oeste e litoral de Santa Catarina

## CRESS-SC estabelece plano de ação

A gestão do CRESS 12ª Região/Santa Catarina, *Coletivizar para seguir na Luta*, é composta por assistentes sociais que representam as regiões sul, norte, meio-oeste, oeste e litoral de Santa Catarina, e que atuam em diferentes áreas como: assistência social, educação, saúde, habitação, assistência estudantil, previdência social e movimentos sociais. A gestão elencou três importantes eixos de atuação: defesa das políticas de proteção social, com ênfase no combate ao assistencialismo e à focalização em detrimento da emancipação humana; defesa dos direitos profissionais de assistentes sociais; defesa da formação e exercício profissional de acordo com o projeto ético-político.

O CRESS 12ª Região, em março de 2015, possuía 4.644 profissionais com inscrição ativa e, para o atendimento à categoria, contamos com uma equipe de dez pessoas. Primando pela boa gestão, nossa inadimplência tem sido equacionada pela ação responsável de controle, acompanhamento e orientação acerca do cumprimento, por parte de assistentes sociais, das leis que regulamentam a arrecadação dos tributos vinculados aos conselhos.

O trabalho da gestão 2014-2017 tem focado a aproximação do CRESS com a categoria profissional, por intermédio dos Nuress, que estão em pleno processo de formação no estado, priorizando as iniciativas de mobilização, organização e educação permanente de profissionais de base, em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social.

No que concerne à atuação da Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi), cabe destacar que, em 2014, a totalidade

das mesorregiões catarinenses (a saber, Oeste, Serrana, Vale do Itajaí, Norte e Grande Florianópolis) foi atendida por meio de 2.457 intervenções. Destas, 204 referiram-se a: visitas de orientação e fiscalização; audiências com autoridades; reuniões e atendimentos na sede e atividades com estudantes. As demais 2.253 intervenções referiram-se a: atendimentos via telefone; orientações via e-mail; participação e contribuição em eventos. Em 2015, o planejamento da Cofi contempla novamente todas as regiões do estado, buscando articular a orientação, fiscalização e defesa da profissão com as lutas gerais assumidas pelo Conjunto CFESS-CRESS.

No que se refere à Política de Comunicação do CRESS 12ª Região, em 2014 publicamos três edições do jornal *Via Social*. O primeiro enfocou o direito ao acesso à cidade no contexto dos megaventos. O segundo teve como tema a formação e supervisão de estágio: essencial para o exercício profissional de assistentes sociais. O terceiro teve como foco central o Conjunto CFESS-CRESS: espaço de representação e participação da categoria.

Dentre as nossas várias ações políticas, em 2014 e início de 2015 destacamos:

- » Rodas de Conversa: de saúde, da assistência social, de Serviço Social e diversidade sexual, reunindo mais de 150 profissionais;
- » Cursos de *Ética para Agentes Multiplicadores/as* (do Projeto *Ética em Movimento*) realizados na região de Aranguá, Itajaí e Joaçaba, abrangendo cerca de 50 profissionais;
- » A partir de 2015, o CRESS-SC as-

sumiu a coordenação do Fórum Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social (FetSuas);

- » Em parceria com o Conselho Regional de Psicologia (CRP), o CRESS integra o Grupo de Trabalho sobre o Transborde Judiciário, que tem por finalidade equacionar a relação entre o Poder Judiciário, Ministério Público e assistentes sociais com lotação em outros órgãos e instituições que recebem a demanda de trabalho dessas entidades. Nesse sentido, já foram realizadas audiências com o desembargador presidente do Tribunal de Justiça, resultando no compromisso, assumido por ele, de abrir dez novas vagas de concurso público para a instituição. Também estamos realizando uma pesquisa com assistentes sociais, para averiguar as situações de encaminhamentos do Poder Judiciário e Ministério Público e a demanda que chega à categoria;
- » No início de 2015 o CRESS participou de audiência com a Secretaria de Assistência Social do Estado, para pontuar a melhoria nas condições de trabalho de assistentes sociais que atuam na política, bem como para garantir os investimentos necessários à execução dessa política pública;
- » No primeiro semestre de 2015, o CRESS, articulado com a Associação Catarinense dos Assistentes Sociais do Poder Judiciário, mobilizou-se para a revisão e aprovação do PLC 00324/2014, que dispõe sobre a redução da carga horária funcional de assistentes sociais no estado.



**acesse!**

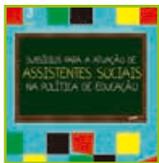
O site do CFESS disponibiliza gratuitamente para download dezenas de materiais de leitura para qualificação profissional e debate de temas diversos do Serviço Social brasileiro.

Acesse <http://www.cfess.org.br/visualizar/livros> e conheça!



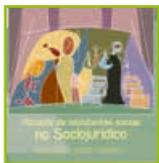
**Atribuições Privativas do/a Assistente Social Em Questão (1ª Edição ampliada - 2012)**

O livro Atribuições Privativas do/a Assistente Social Em Questão é uma edição ampliada da brochura lançada em 2002. A publicação traz o texto produzido pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) à época, o artigo da professora Marilda Iamamoto, intitulado Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do/a assistente social na atualidade, e uma apresentação mais recente, que recupera debates e conteúdos significativos referentes às atribuições profissionais.



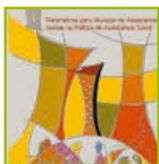
**Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**

O objetivo do documento é contribuir para que a atuação profissional na Política de Educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que, enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de socializabilidade humanizadoras.



**Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão**

O documento objetiva qualificar e referenciar a intervenção de assistentes sociais na área e é produto da construção do Grupo de Trabalho Serviço Social no Sociojurídico.



**Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**

A publicação visa consolidar a Política de Assistência Social como direito e assegurar as condições técnicas e éticas requeridas para o exercício do trabalho com qualidade.



**Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**

A publicação tem como finalidade referenciar a intervenção de assistentes sociais na área da saúde. Constitui-se como produto do Grupo de Trabalho Serviço Social na Saúde, instituído pelo CFESS em 2008.



**Meia formação não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão de estágio direta em Serviço Social**

Com esta publicação, o CFESS disponibiliza para estudantes e assistentes sociais um conjunto de informações para consulta, que reúne as determinações legais e normativas acerca da supervisão direta de estágio em Serviço Social.



**Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**

A publicação ressalta a dimensão da educação permanente enquanto instrumento de luta ideológica e política da categoria profissional e sinaliza o panorama nacional da educação superior no Brasil e seus reatamentos na formação de assistentes sociais.



**agende-se**

Aqui você encontra os próximos eventos do Conjunto CFESS-CRESS e pode se programar para garantir sua participação nos debates de temas referentes ao exercício profissional de assistentes sociais. No site do CFESS, é possível ver também mais informações e o Calendário de Atividades, que traz a agenda política da entidade, com os eventos, reuniões e outras programações.

**11 e 12 de junho**

Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate (SP)

**3 e 4 de setembro**

4º Seminário Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS (RJ)  
\* Somente para a diretoria e integrantes das Comissões de Comunicação

**4 a 7 de setembro**

44º Encontro Nacional CFESS-CRESS (RJ)  
\* Para assistentes sociais da base que tenham sido eleitos/as nas assembleias realizadas pelos CRESS

**28 de setembro a 1º de outubro**

21º Seminário Latino-americano de Escolas de Serviço Social (México)

**9 a 17 de outubro**

Curso Ética para Agentes Multiplicadores/as, do projeto Ética em Movimento do CFESS (SP)  
\* Para participantes indicados/as pelos CRESS

**30 e 31 de outubro**

2º Congresso Internacional de Serviço Social de Porto Rico e 4º Encontro Regional de Organizações Profissionais (Porto Rico)

**19 a 21 de novembro**

5º Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade Social (MG)

**7 a 10 de dezembro**

10ª Conferência Nacional de Assistência Social (DF)

**7 a 11 de dezembro**

Conferências Nacionais Conjuntas de Direitos Humanos - Criança e Adolescente, Pessoa Idosa, Direitos Humanos LGBT, Pessoa com Deficiência, Direitos Humanos - (DF)